

Tema

Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Natal: uma „cidade metropolitana“

Alexsandro Ferreira C Silva

**Msc. Arquiteto e Urbanista
Pesquisador do Núcleo RMNatal do Observatório das Metrópoles
Doutorando do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da
UFRN**

Natal, julho de 2008

Objetivos da apresentação:

- Delimitar os desafios ao Desenvolvimento Urbano e os atuais condicionantes urbanos/ambientais;
- Identificar padrões de crescimento, intensidade de utilização do solo urbano e das áreas residenciais nos últimos 30 anos;
- Caracterizar o “ambiente urbano” em Natal e na Região Metropolitana;
- Apontar as principais necessidades à construção de uma agenda de ações.

Natal, julho de 2008



Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infra-Estrutura - SEMOPI

Plano Diretor de DRENAGEM E MANEJO de Águas Pluviais - Natal/RN

Favela, Caracas

"Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população".

As crises contemporâneas são essencialmente urbanas e ambientais

Conjunto Residencial no Japão

Favela, Mumbai

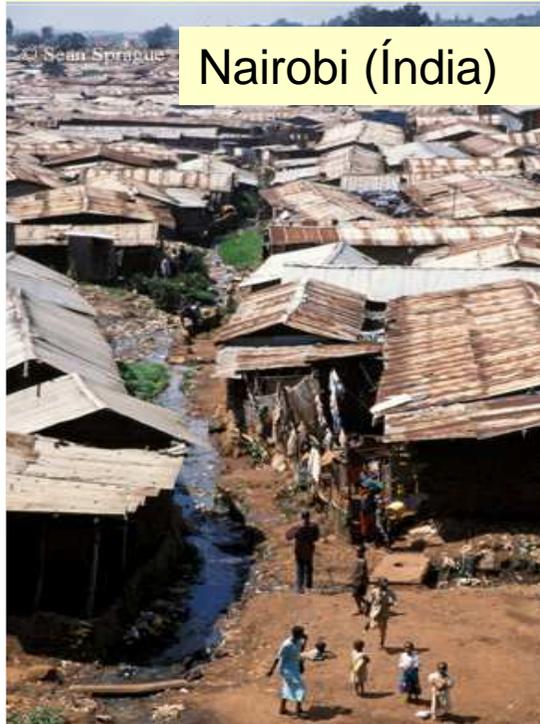
Cidade Nova, Natal

15 9:53

Impactos: ambientais, urbanísticos e sociais



Katchi Abadi (Paquistão)



Nairobi (Índia)



Township (África do Sul)

"Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população".

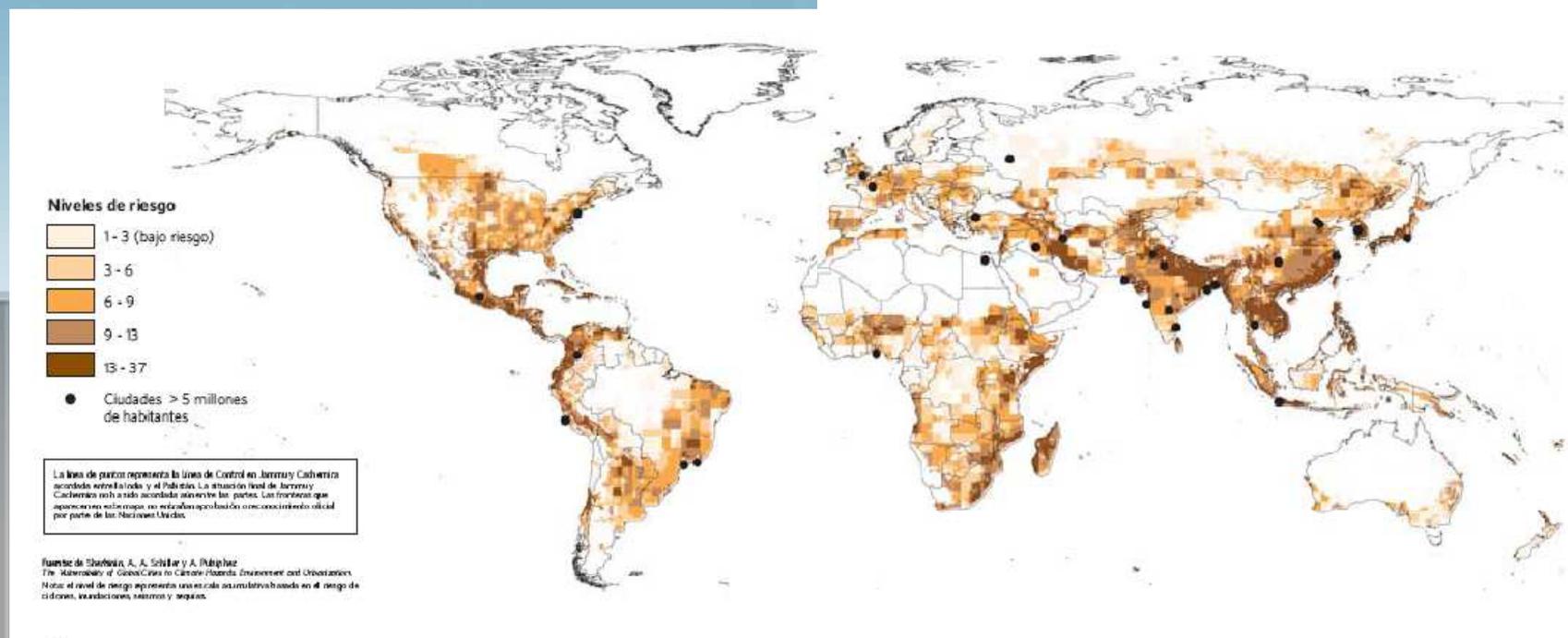
O fato urbano com fenômeno Global, gera novas escalas de problemas, envolvendo meio ambiente, pobreza e a moradia.



Jhuggi (Índia)

Mundo

Figura1. As grandes cidades e os riscos climáticos



Fonte: UNFPA, 2007, p.60

Em 2005, a população urbana mundial era de 3,17 bilhões de pessoas em um total de 6,45 bilhões; as tendências atuais indicam que a quantidade de habitantes urbanos continuará crescendo e chegará a aproximadamente 5 bilhões em um total de 8,1 bilhões de pessoas.

Brasil

População

1900 – 17.438.434 habitantes

10% nas cidades – 1.743.844 habitantes

90% no campo – 15.694.590 habitantes

2001 – 169.799.170 habitantes

81% nas cidades – 137.953.959

habitantes

19% no campo – 31.845.211 habitantes

Brasil: Indicadores demográficos

| População Total (milhões) para 2007 | Projeção da população (milhões) para 2050 | % da população urbana (2007) | Taxa de crescimento urbano (2005-2010) | Taxa de fecundidade total (2007) |
|-------------------------------------|---|------------------------------|--|----------------------------------|
| 191,3 | 253,1 | 85 | 1,8 | 2,25 |

FONTE: UNFPA, 2007, P.93

Brasil – Política de Desenvolvimento Urbano do M. Cidades.

A realidade das cidades brasileiras é caracterizada, entre outras questões, pela:

- fragilidade da gestão e do controle dos recursos públicos;**
- dificuldade em promover a gestão democrática e o controle social;**
- dificuldade na implementação da agenda política do desenvolvimento urbano, particularmente no âmbito legislativo.**

Fonte: Ministério das Cidades, 1ª Conferência Nacional das Cidades

Política Nacional de Desenvolvimento Urbano:

- Promoção do desenvolvimento social e econômico;
- combate à desigualdade sócio-territorial, racial e de gênero;
- integração das políticas setoriais e entre as esferas municipais, estaduais, distrital e federal;
- concretização dos direitos estabelecidos nas legislações existentes;
- garantia de amplo controle social e da democratização do acesso universal à terra urbana, aos equipamentos, bens e serviços.

Brasil – Política de Desenvolvimento Urbano do M. Cidades.

Instrumentos Legais

A promulgação da Constituição Federal de 1988, em especial os artigos 6º., 182 e 183; a aprovação do Estatuto das Cidades – **Lei nº. 10.257/01**; a edição da Medida Provisória 2220/01; a criação do Ministério das Cidades; a criação do Conselho das Cidades e do processo de Conferências das Cidades; a criação do Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – **Lei nº 11.124/05**; a aprovação do marco regulatório da Política Nacional de Saneamento Básico – **Lei nº 11.445/07**; a aprovação da Lei de Consórcios Públicos – **Lei nº 11.107/05**; a proposição do Projeto de Lei da Mobilidade Urbana – **PL nº 1687/07**; a aprovação da lei voltada à regularização fundiária em áreas da União – **Lei nº 11.481/07**; entre outras.

Fonte: Ministério das Cidades, 1ª Conferência Nacional das Cidades

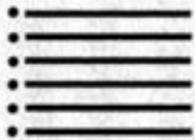
Fundamentos Conceituais para planos urbanos complexos

- “a) **Incerteza**, que significa que não é possível prever com exatidão os valores, no futuro, das variáveis que são importantes para as decisões a serem tomadas no presente.
- b) **Indivisibilidade**, que significa que muitas das ações não podem ser feitas em etapas pequenas de acordo com o crescimento paulatino da demanda; para surtir efeito elas precisam ter um tamanho mínimo para que possam funcionar (infra-estrutura em redes)
- c) **Irreversibilidade**, que significa que não é possível efetuar uma ação e depois modificá-la ou substituí-la sem custos adicionais significativos. (Uma vez que uma rede esteja pronta não é possível retirá-la, e sim incorporar ao passivo existente).
- d) **Interdependência**, que significa que a adequação de uma ação depende de outra ação. É o caso, por exemplo, de um investimento público em um determinado lugar pode depender de outras ações para funcionar corretamente”.

Fonte: HOPKINS, Lewis. **Urban development: the logic of making plans**. Washington - DC: Island Press, 2001

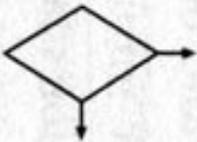
Fundamentos Conceituais para planos urbanos complexos Soluções (baseado em Hopkins):

Agenda



1. Agenda: na forma de planos, programas e ações que detalhem os objetivos, metas e procedimentos no futuro

Policy



2. Políticas públicas e definição das regras de conduta: na definição clara dos procedimentos e orientação aos agentes públicos e privados.

Vision



2. Visão de futuro: função do planejamento, indicação de um alcance do que os munícipes querem para sua cidade

Fonte: HOPKINS, Lewis. **Urban development: the logic of making plans**. Washington - DC: Island Press, 2001

Fundamentos Conceituais para planos urbanos complexos

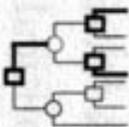
Soluções:

Design



4. Projetos: necessário manter a atualização dos projetos e ações, suas fases e execuções atrelados as fases anteriores

Strategy

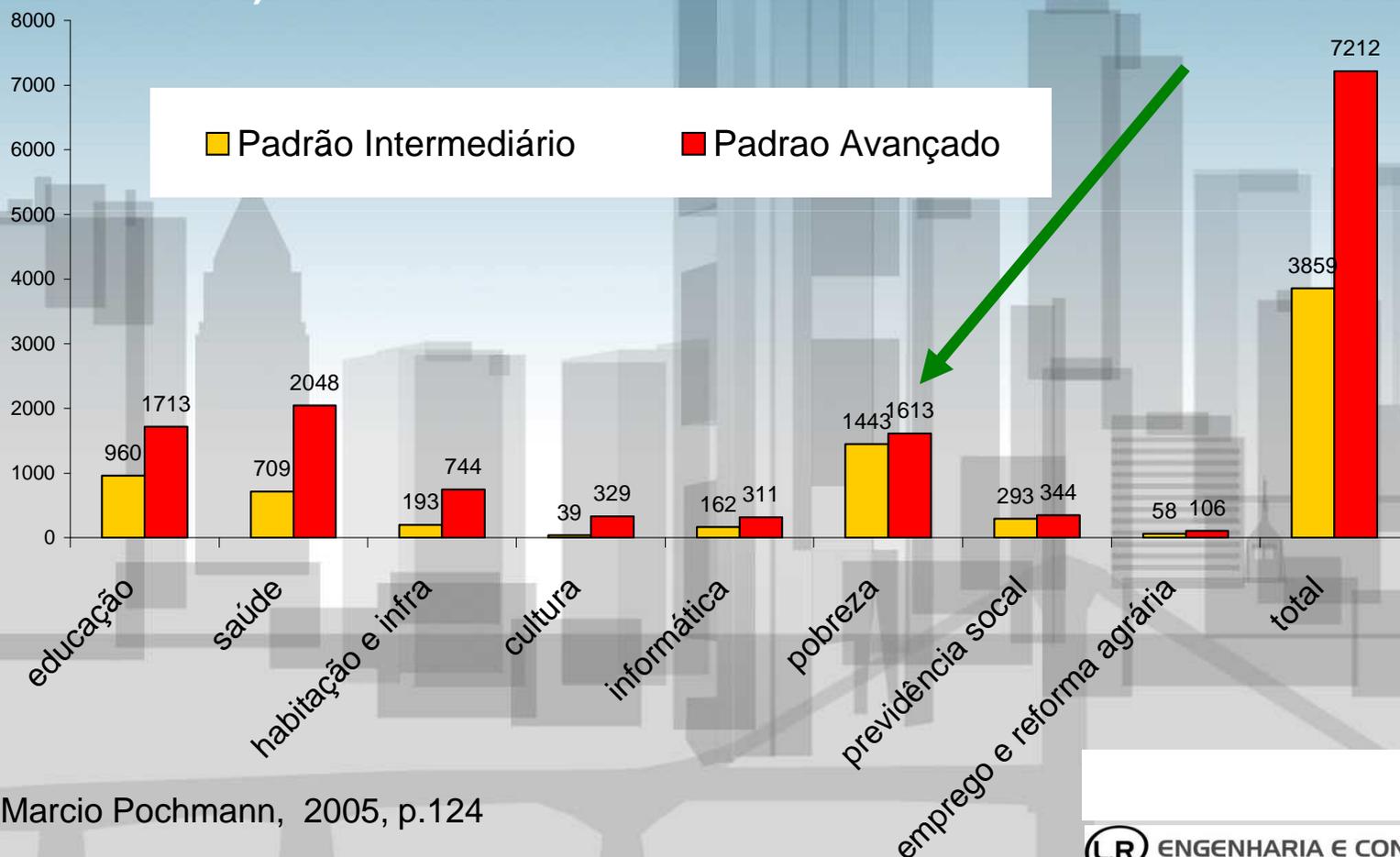


5. Estratégias: uma “árvore para decisões”, onde a hierarquia, prioridades, “causa e efeito” são levados em consideração na realização do Plano ou Política.

Fonte: HOPKINS, Lewis. **Urban development: the logic of making plans**. Washington - DC: Island Press, 2001

Brasil

Figura2. Investimentos acumulados necessários de 2005 a 2020 para o Brasil alcançar em 2020 o padrão intermediário avançado de inclusão social (em bilhões de reais)



Fonte: Marcio Pochmann, 2005, p.124

Brasil

- As intervenções urbanas e os recursos

Recursos de Programas de Investimento

PAC – Infra-Estrutura (em bilhões de reais)

Logística ---2007 (13,4) 2008-2010 (44,9)

Energia --- 2007 (55,00) 2008-2010 (219,00)

Social e Habitação --- (2007 (43,6) 2008-2010 (127,2)

Habitação

Financiamento para famílias – Moradias (32,5)
Urbanização (4,0)

OGU --- Moradias (4,4) Urbanização (5,7)

Contrapartidas ---Moradias (7,4) Urbanização (1,9)

SBPE e Contrapartidas – Moradia (50,4)

503,9 bilhões

170 bilhões

Abaixo do padrão intermediário

106,3 bilhões

Fonte: Ministério das Cidades



Secretaria Municipal de Obras Públicas e
Infra-Estrutura - SEMOPI

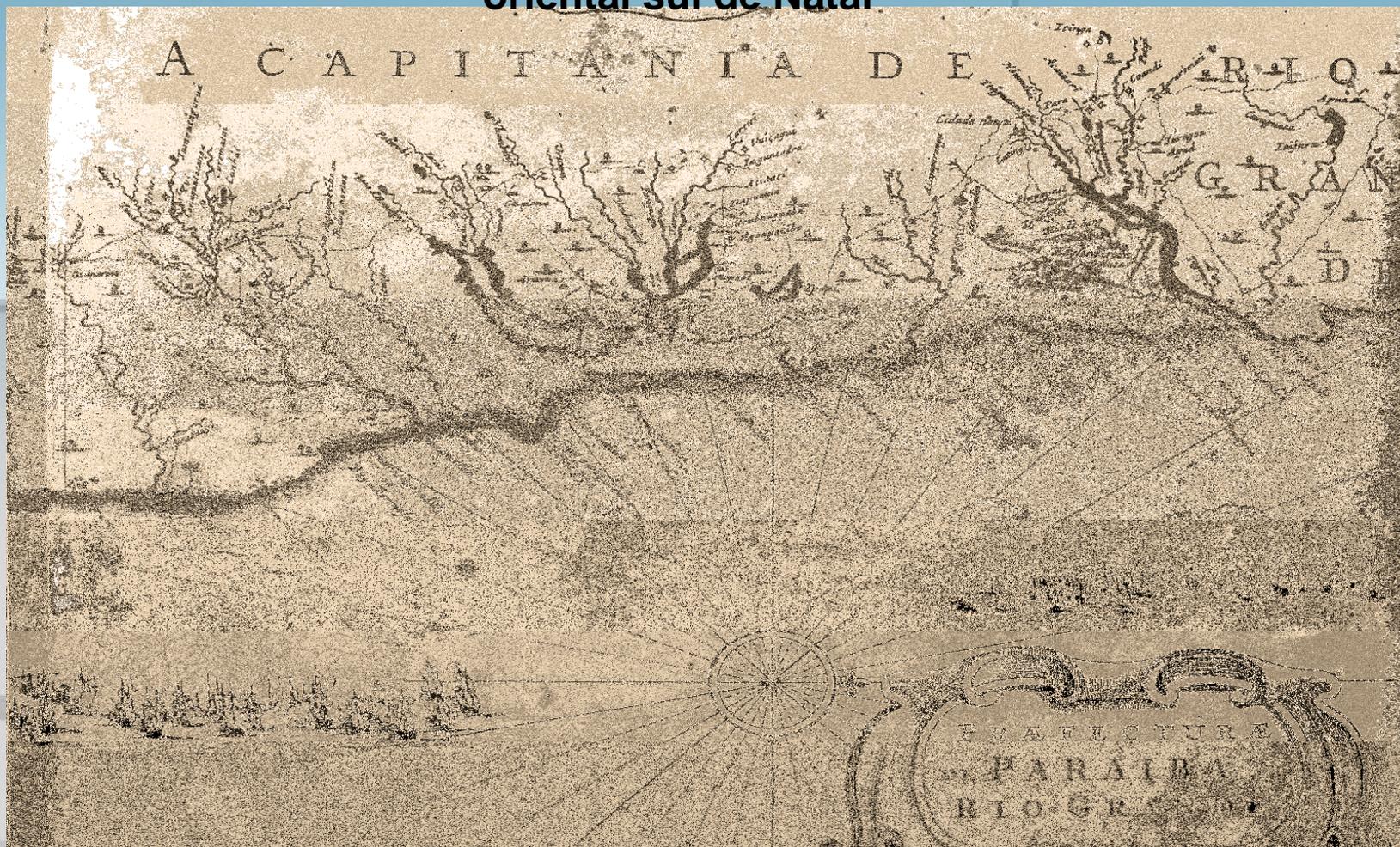


“Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população”.

Natal e Região Metropolitana

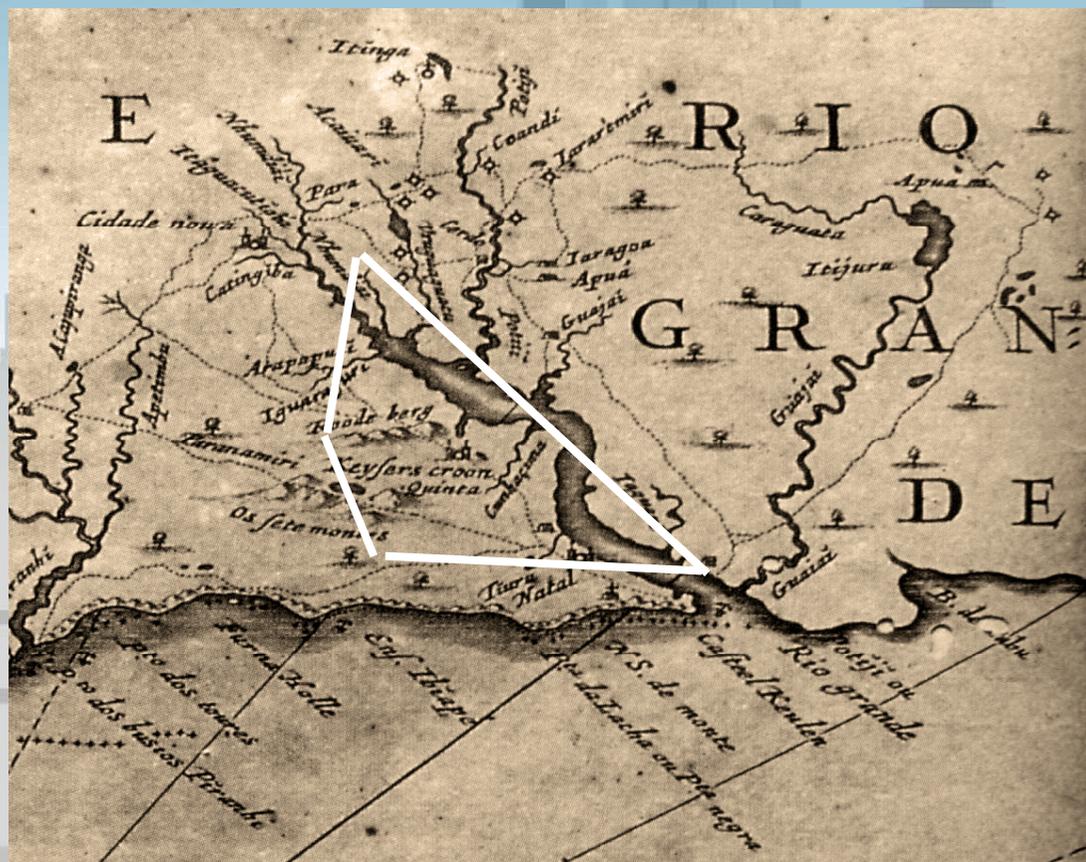
Natal – evolução urbana

Figura 3. mapa de Marcgrave, incluído no livro de Barleu, onde se vê o litoral oriental sul de Natal



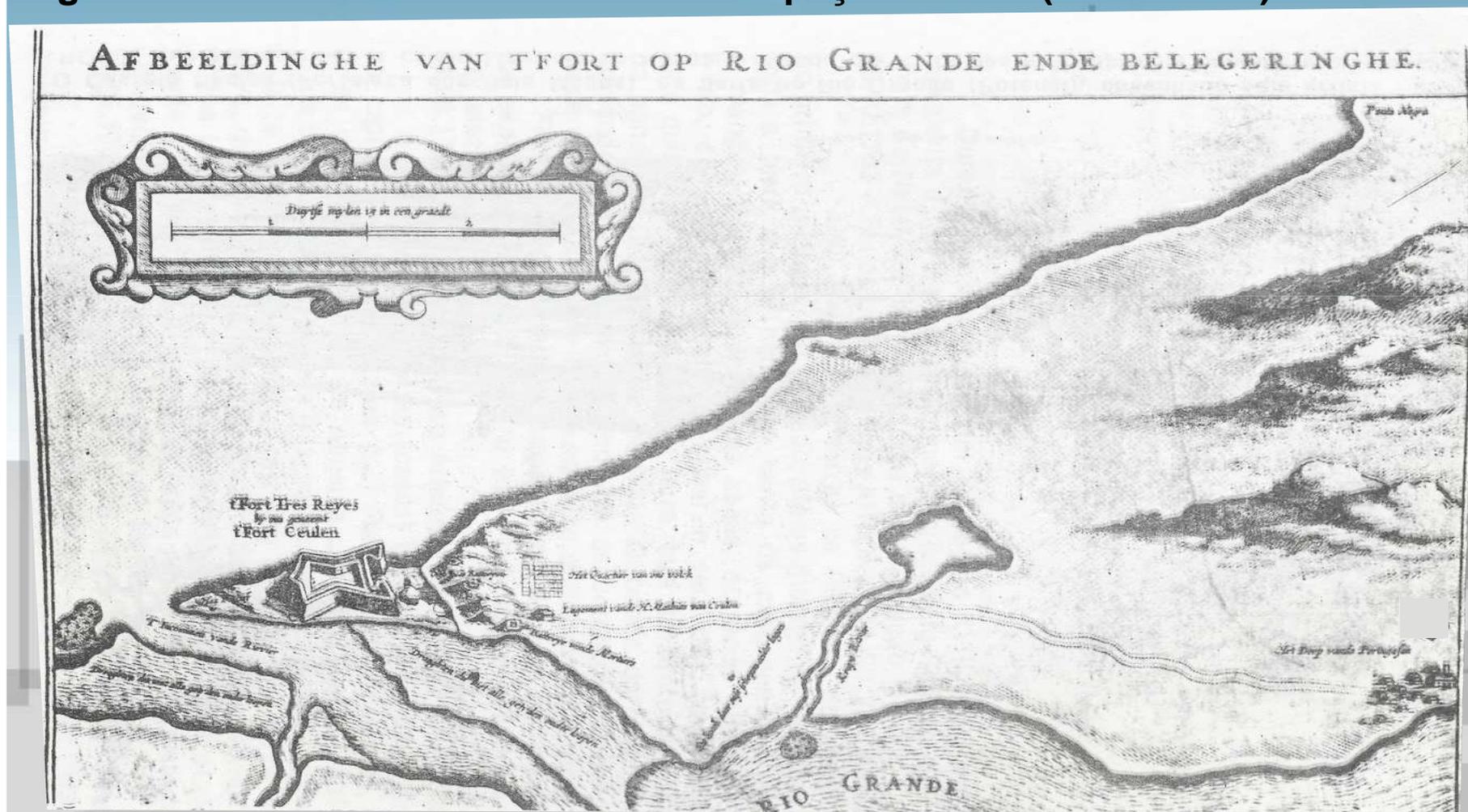
Natal – evolução urbana

Figura 4. mapa de Marcgrave, incluído no livro de Barleu, onde se vê o litoral oriental sul de Natal



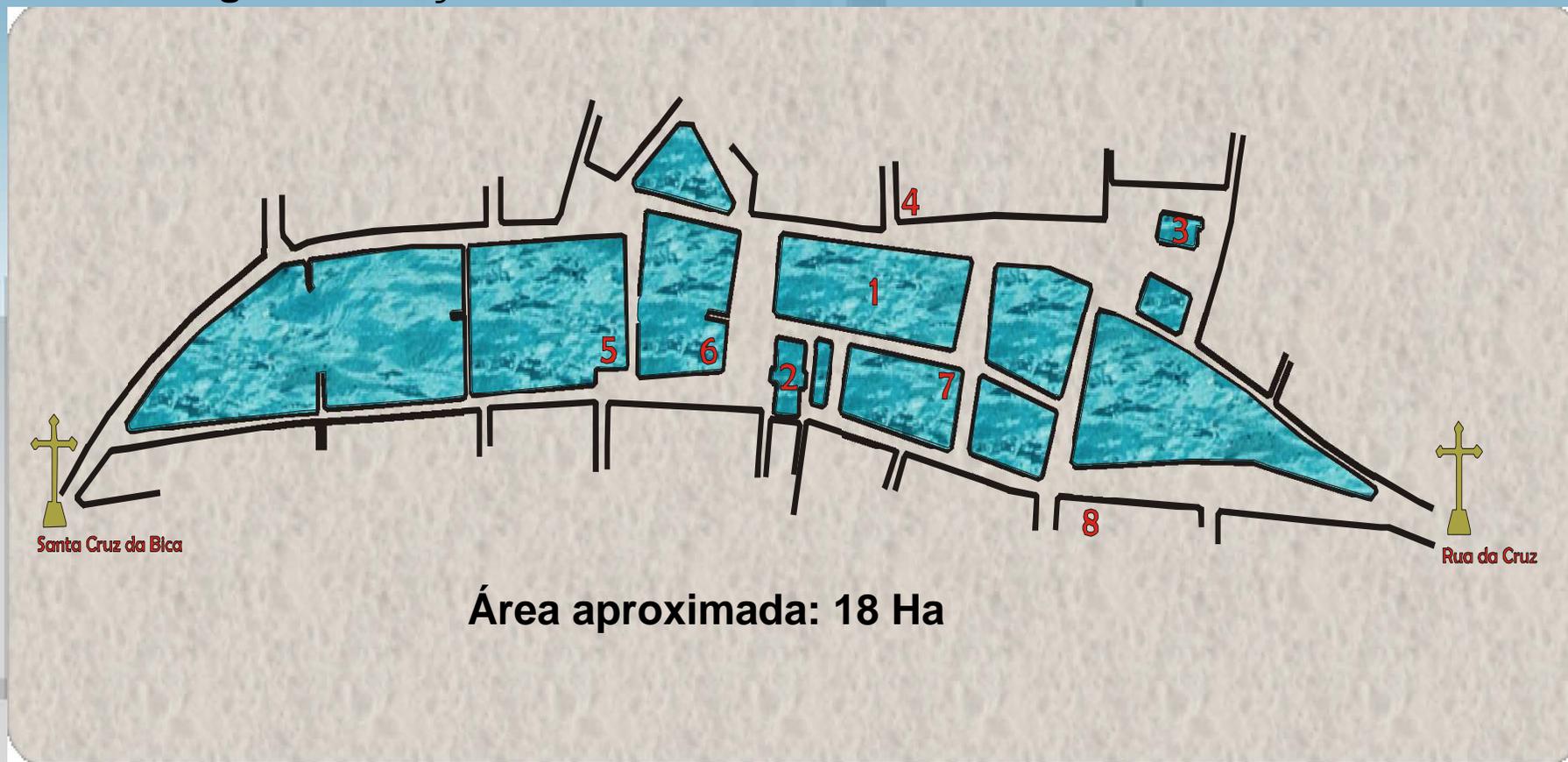
Natal e Região Metropolitana

Figura 5. Gravura holandesa: sítio de ocupação batava (século XVII)



Natal – evolução urbana

Figura 6. Traçado urbano de Natal do século XVIII e início do XIX



Fonte: SEMURB

Natal – evolução urbana

Figura 8. Plano Geral de Sistematização (1929)

**PLANO GERAL DE SYSTEMATIZAÇÃO DA
CIDADE DE NATAL**

**Prefeitura Municipal
NATAL**

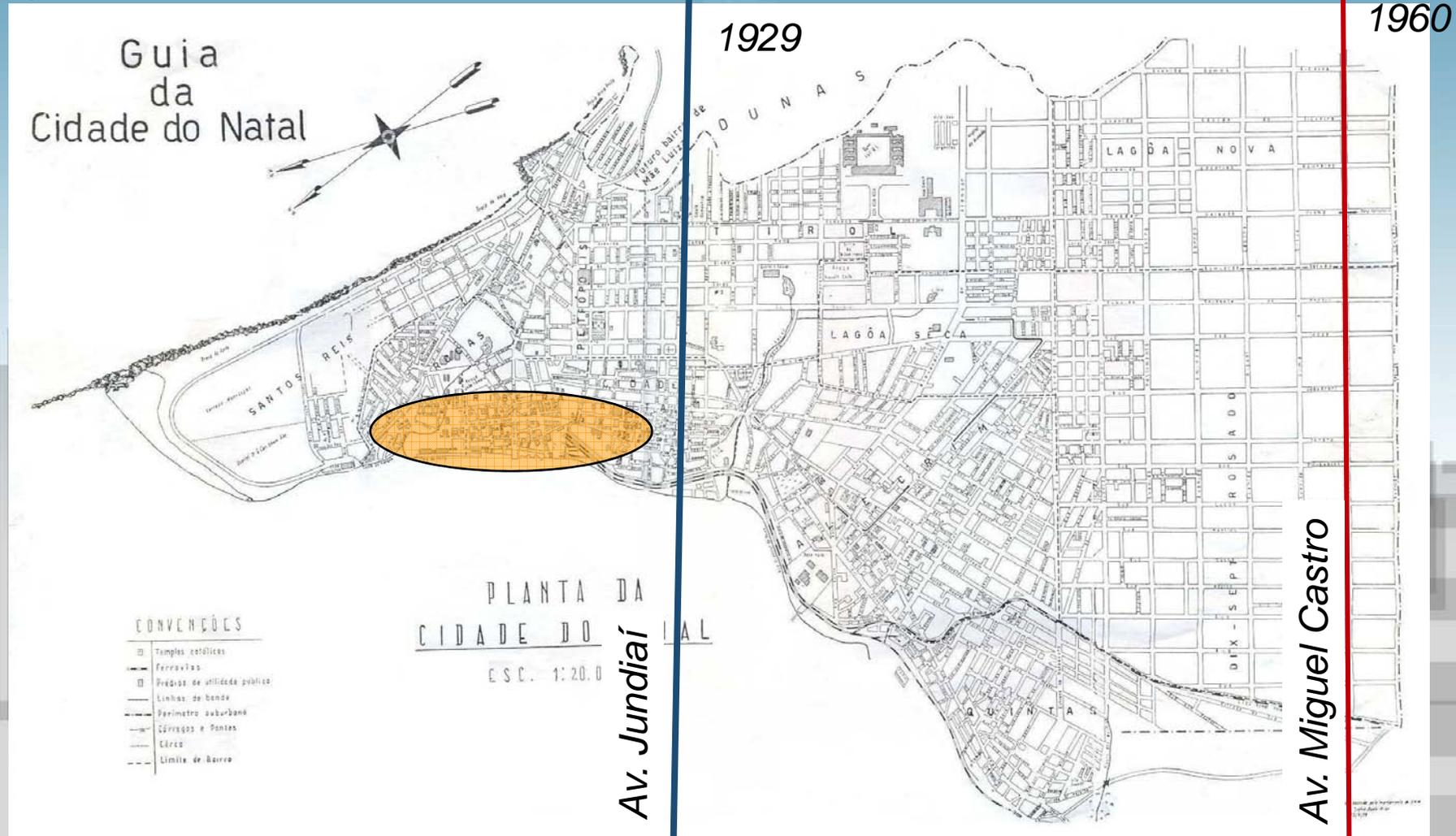


Av. Jundiáí

Fonte: *“Uma cidade sã e bela. A trajetória do Saneamento de Natal”*

Natal – evolução urbana

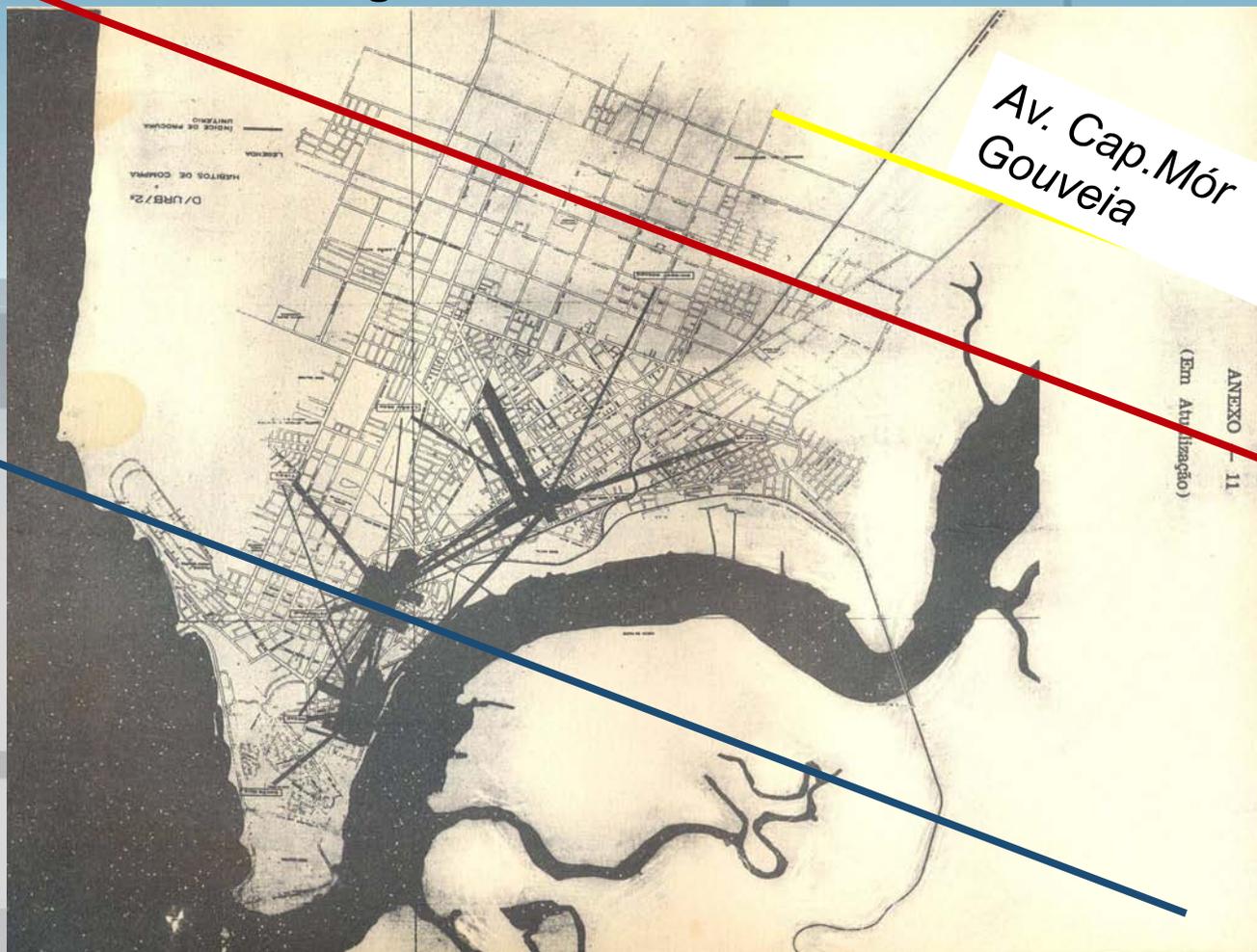
Figura 9. Planta de Natal em 1958



Fonte: Planta da cidade do Natal confeccionada em 1958, encartada no “Guia da cidade do Natal-1958/59”

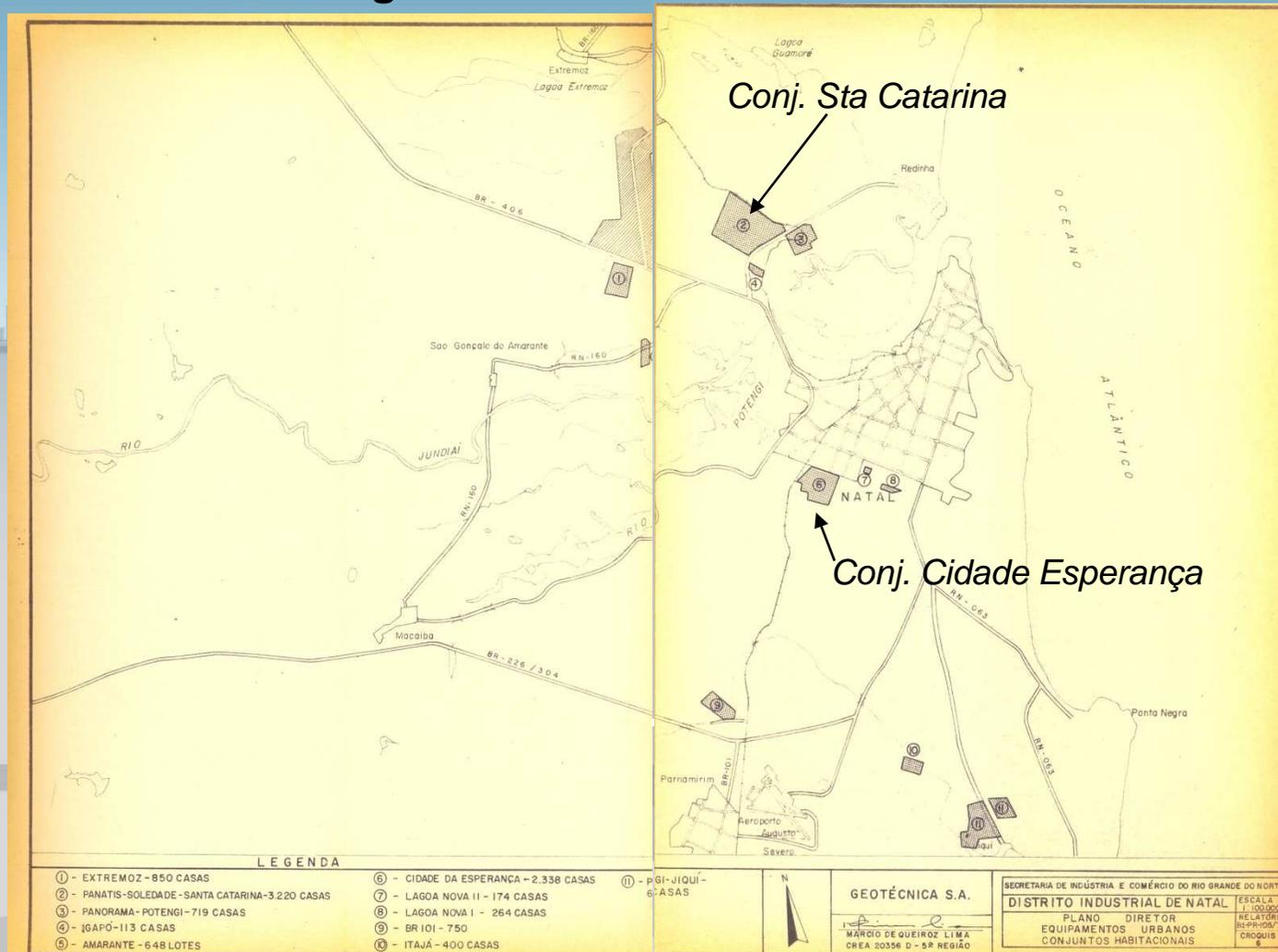
Natal – evolução urbana

Figura 8. Planta de Natal em 1974



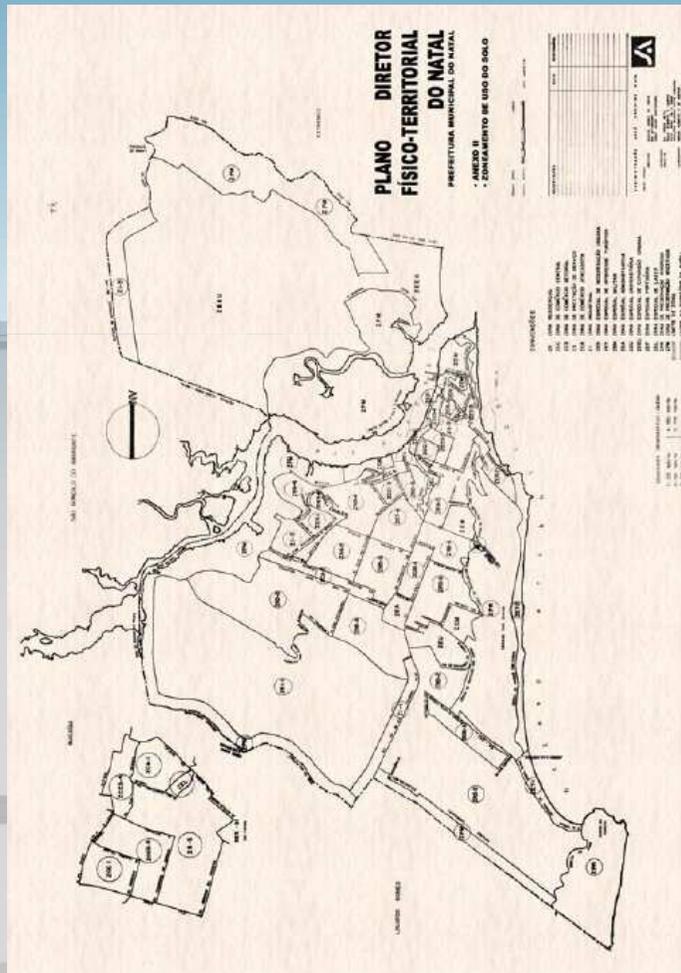
Natal – evolução urbana

Figura 10. Planta de Natal em 1979



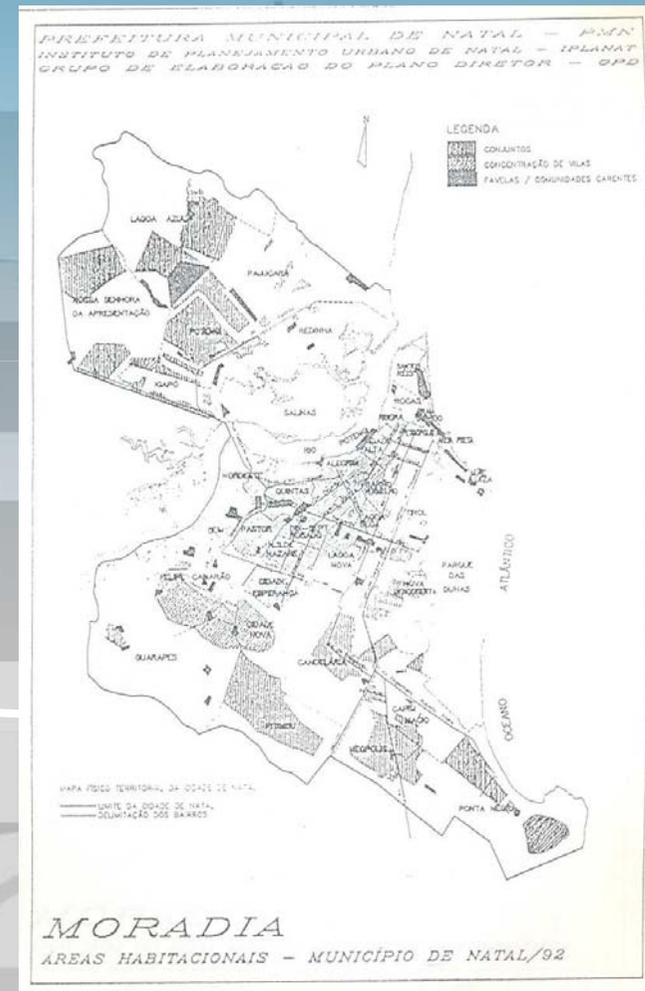
Natal – evolução urbana

Figura 11. Planta de Natal em 1984



Fonte: Plano Diretor de Natal (1984)

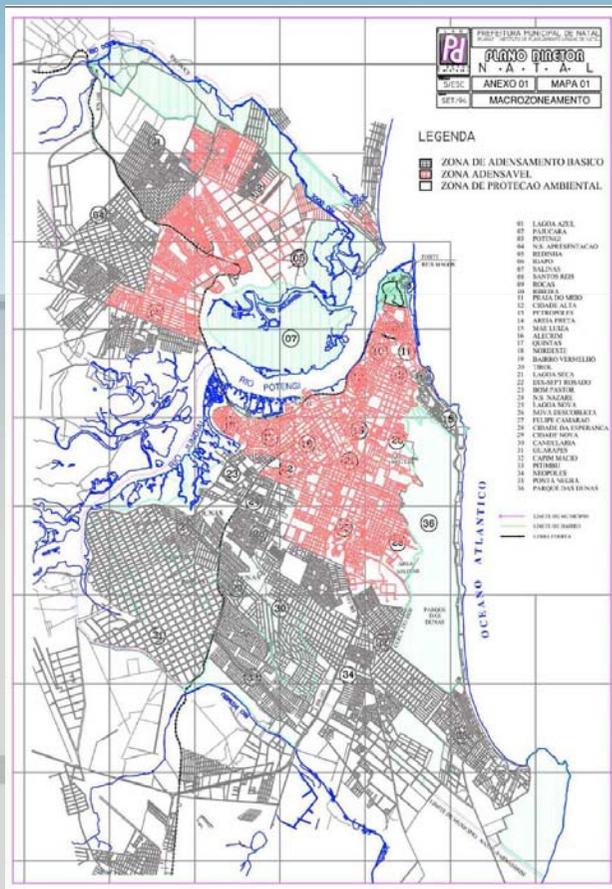
Figura 12. Planta de Natal em 1992



Fonte: Indicadores Urbanos para elaboração do Plano Diretor de **(LR)** ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

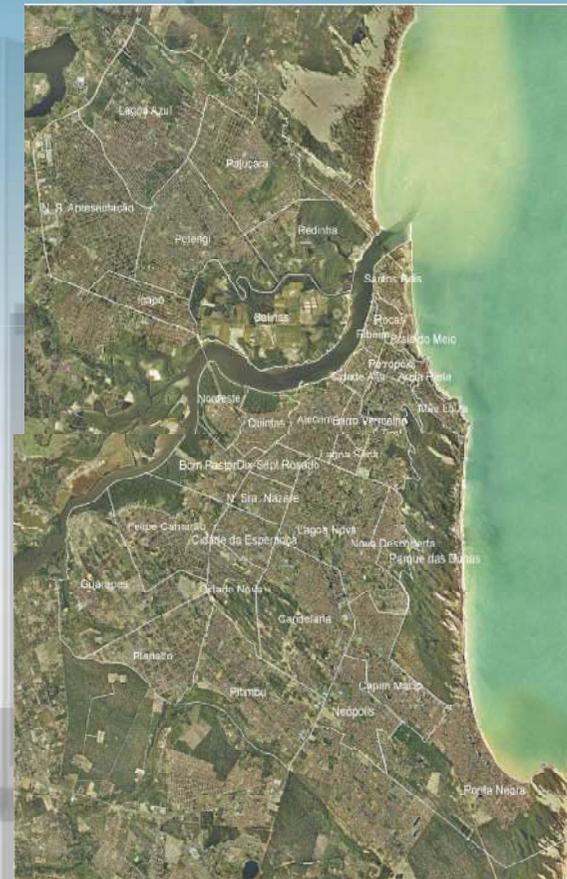
Natal - evolução urbana

Figura 13. Planta de Natal em 1994



Fonte: Planta da cidade do Natal confeccionada para a elaboração do Plano Diretor em 1994

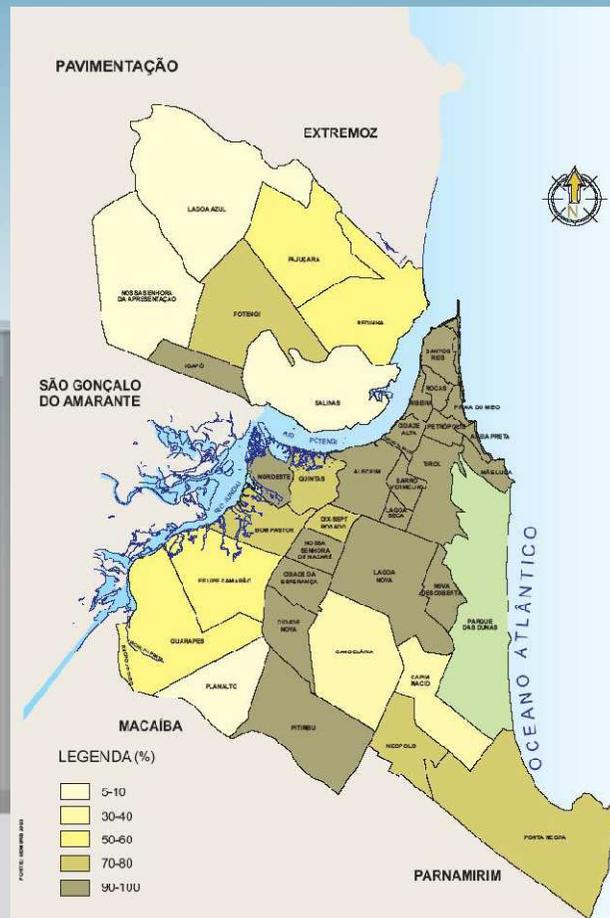
Figura 14. Foto aérea de Natal em 2006



Fonte: SEMURB, 2008

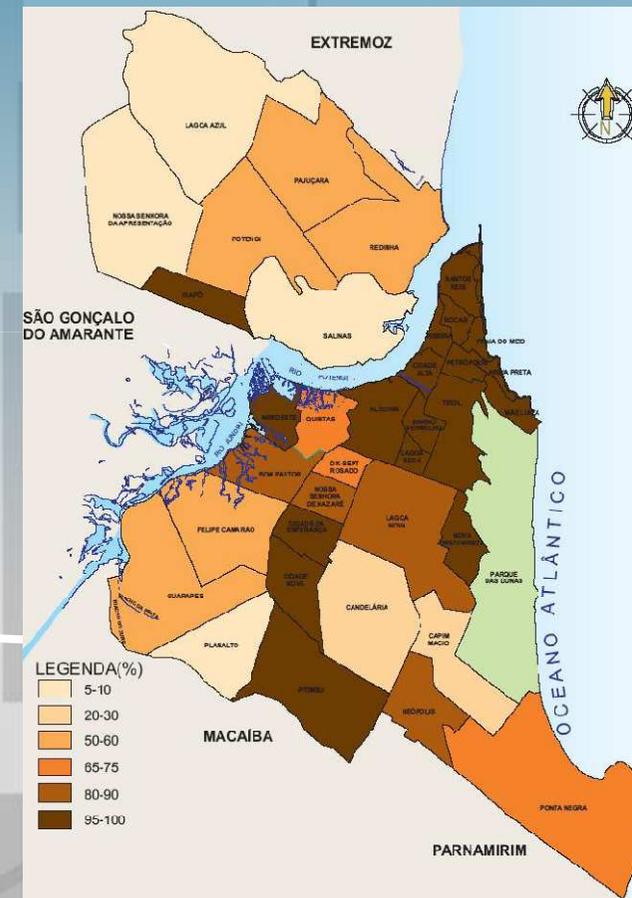
Natal – condicionantes físicos

Figura 15. Pavimentação de Natal



Fonte: SEMOV/SEMURB. Revisão do Plano Diretor de Natal

Figura 16. Drenagem em Natal

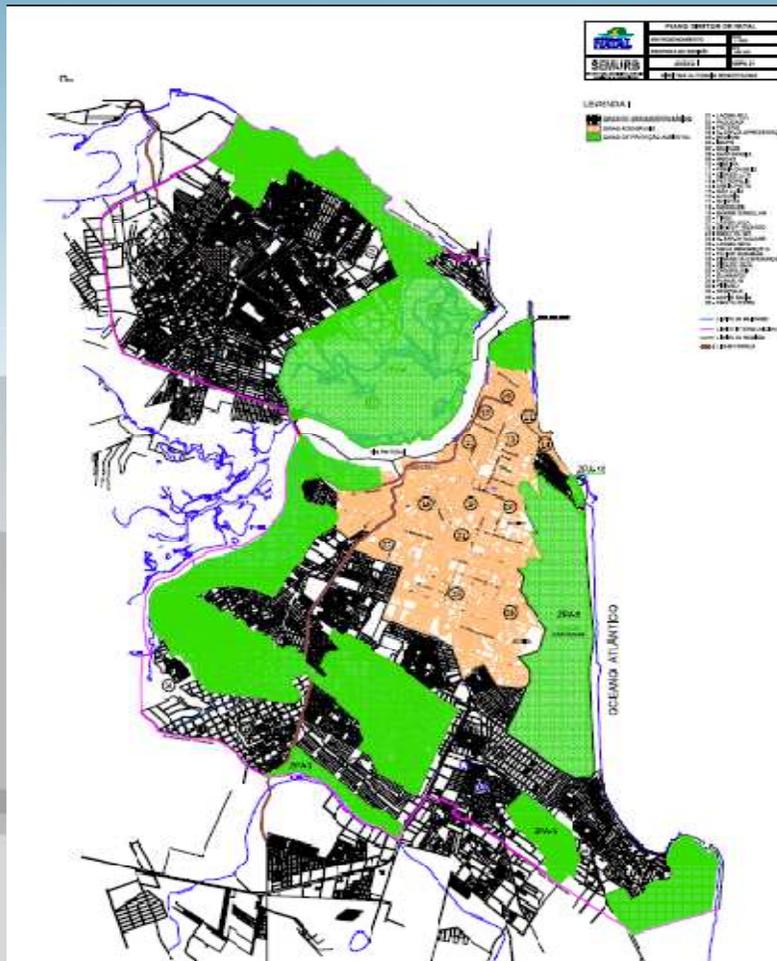


Fonte: SEMOV/SEMURB. Revisão do Plano Diretor de Natal

“Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população”.

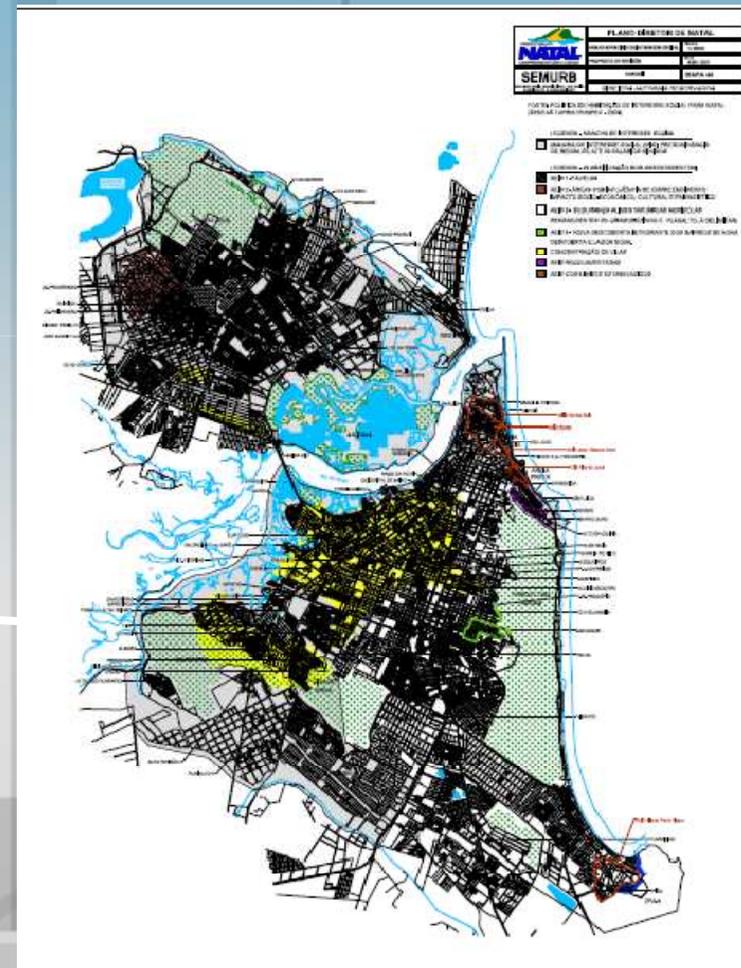
Natal – meio ambiente e pobreza

Figura 17. ZPAs em Natal



Fonte: SEMURB, 2008

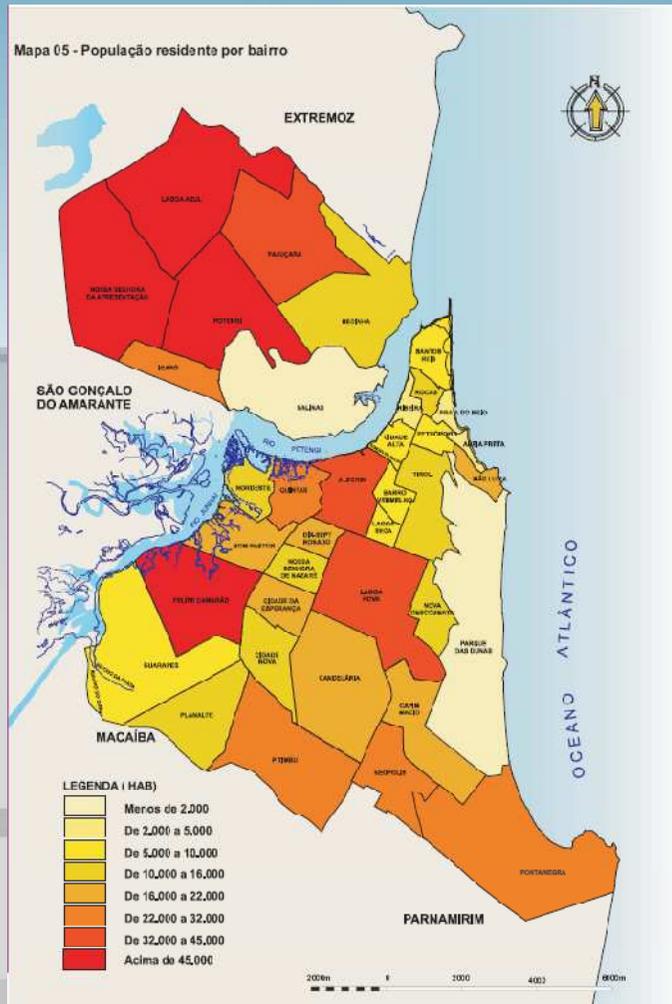
Figura 18. AEIS em Natal



Fonte: SEMURB, 2008

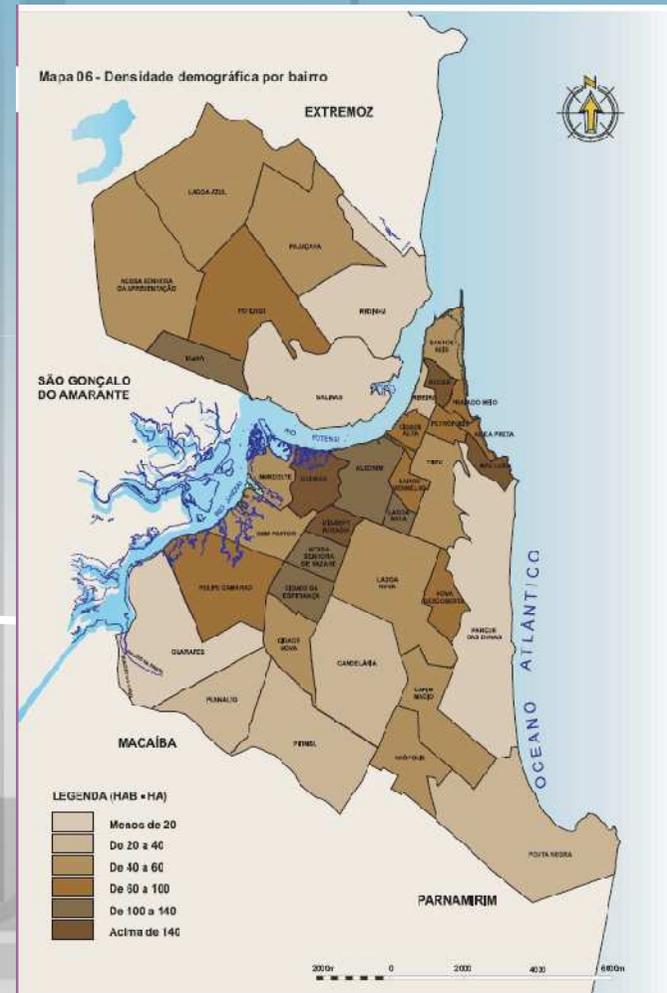
Natal – população

Figura 19. população por bairro



Fonte: SEMURB, 2008

Figura 20. Densidade demográfica



Fonte: SEMURB, 2008

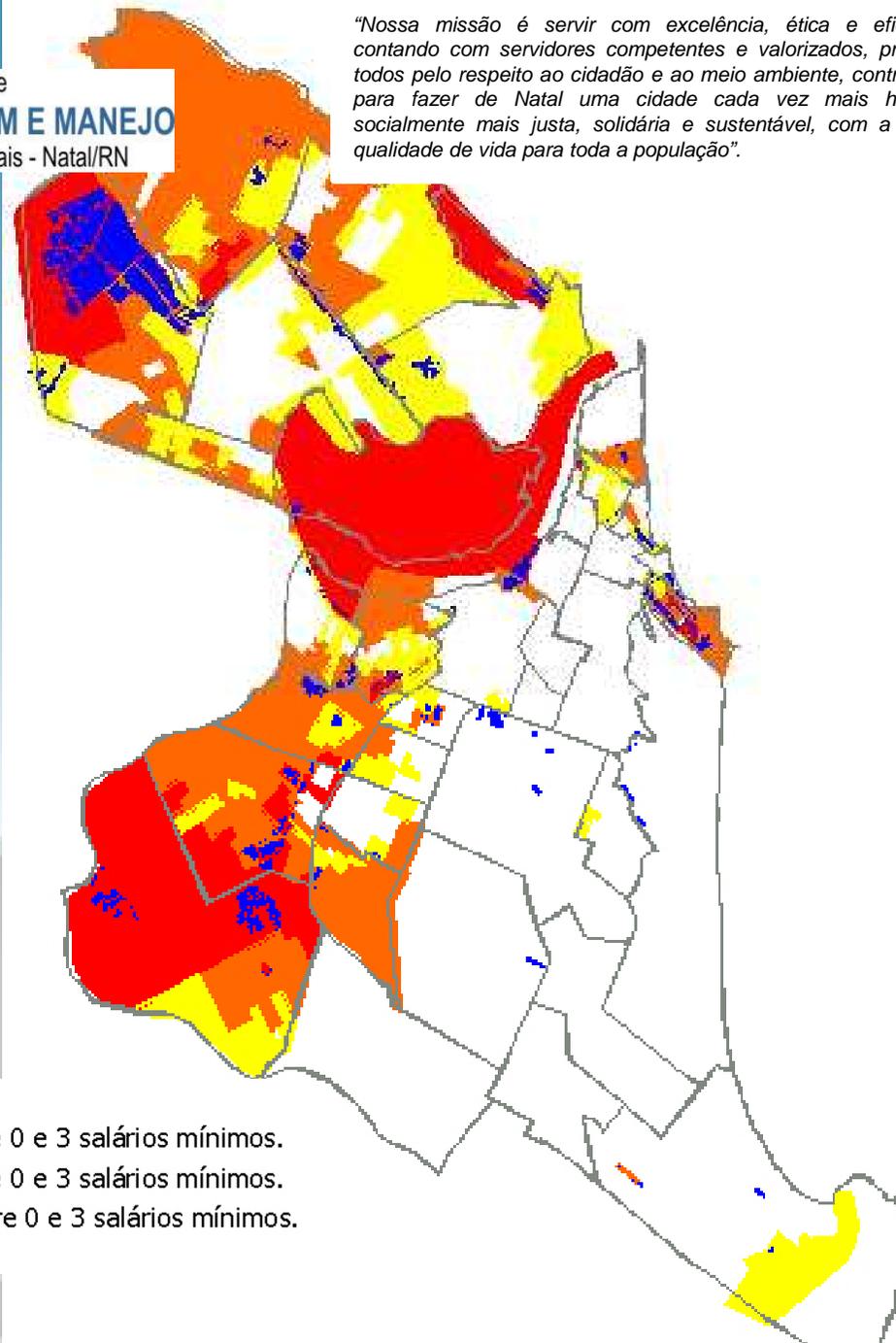
Natal – meio ambiente e pobreza

Figura 19. Manchas de Interesse Social, conforme Política Habitacional do município de Natal

LEGENDA:

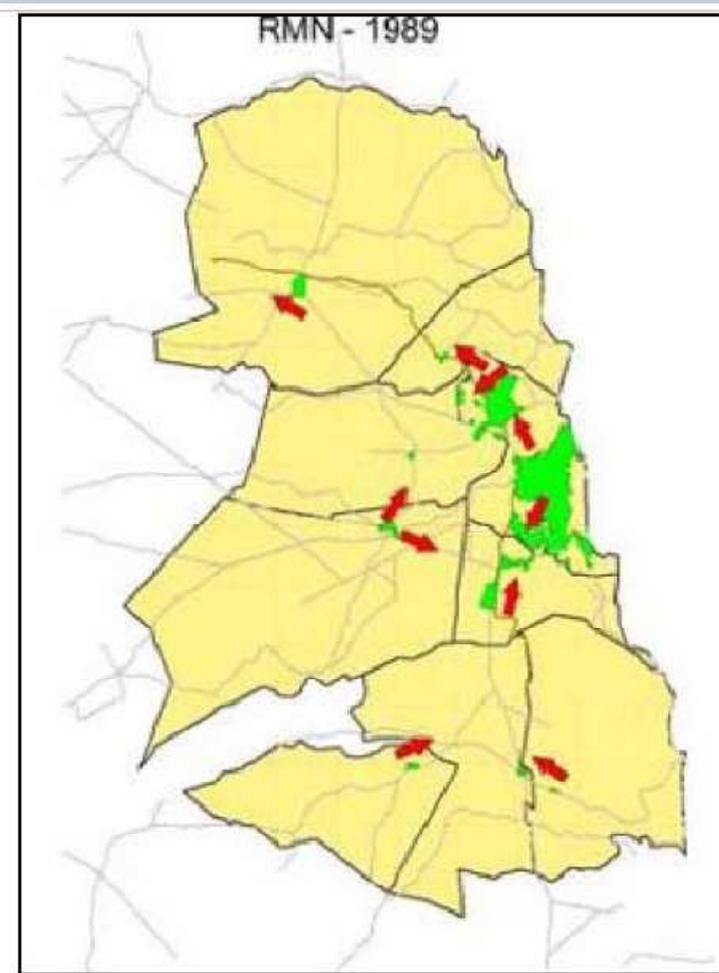
-  Entre 70 e 79% dos responsáveis recebem entre 0 e 3 salários mínimos.
-  Entre 80 e 89% dos responsáveis recebem entre 0 e 3 salários mínimos.
-  Entre 90 e 100% dos responsáveis recebem entre 0 e 3 salários mínimos.
-  Assentamentos Subnormais

Fonte: Política Habitacional de Interesse Social em Natal



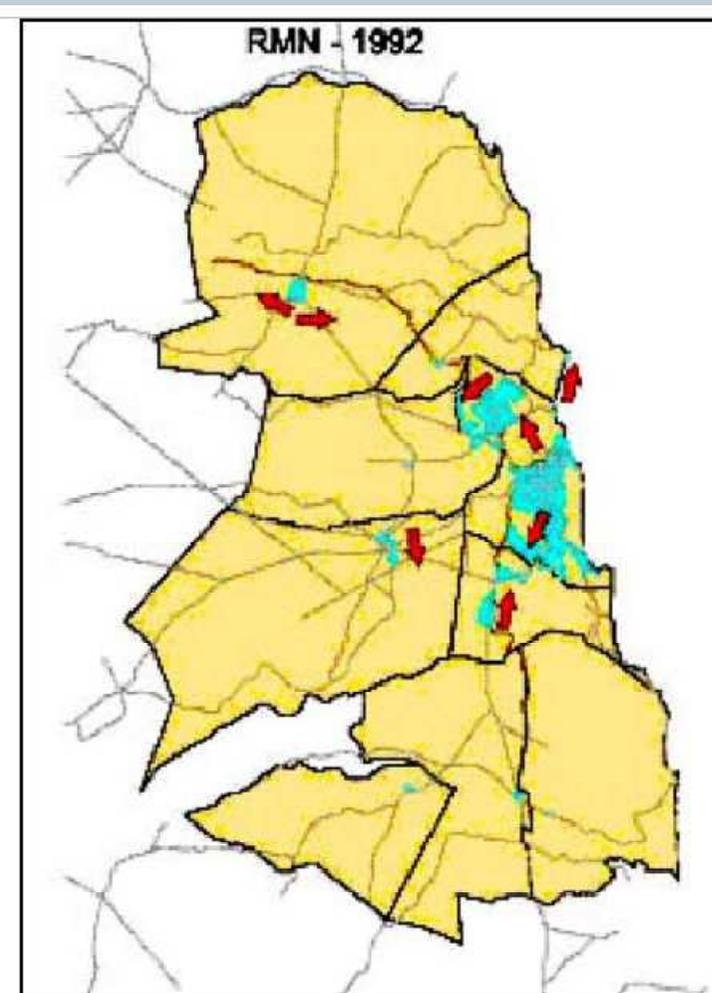
“Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população”.

Crescimento da Mancha Urbana Metropolitana



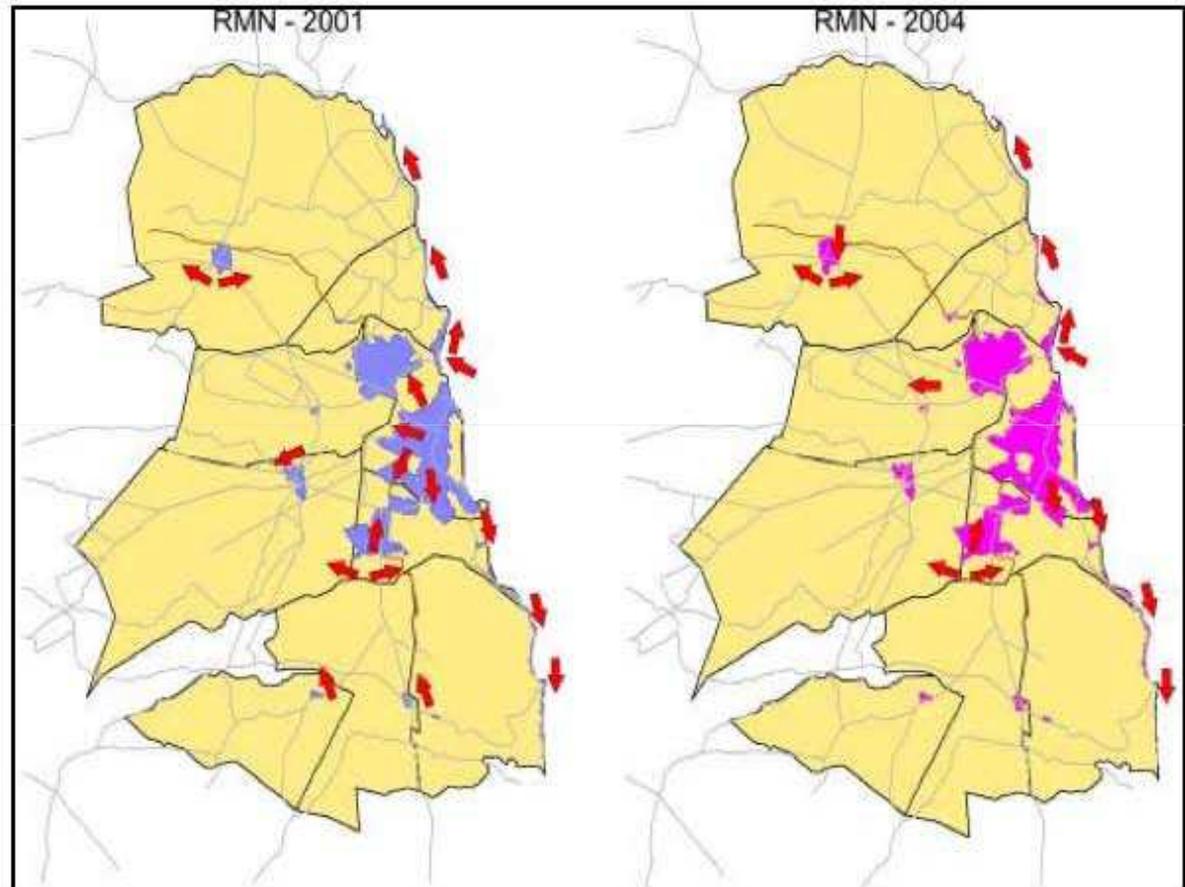
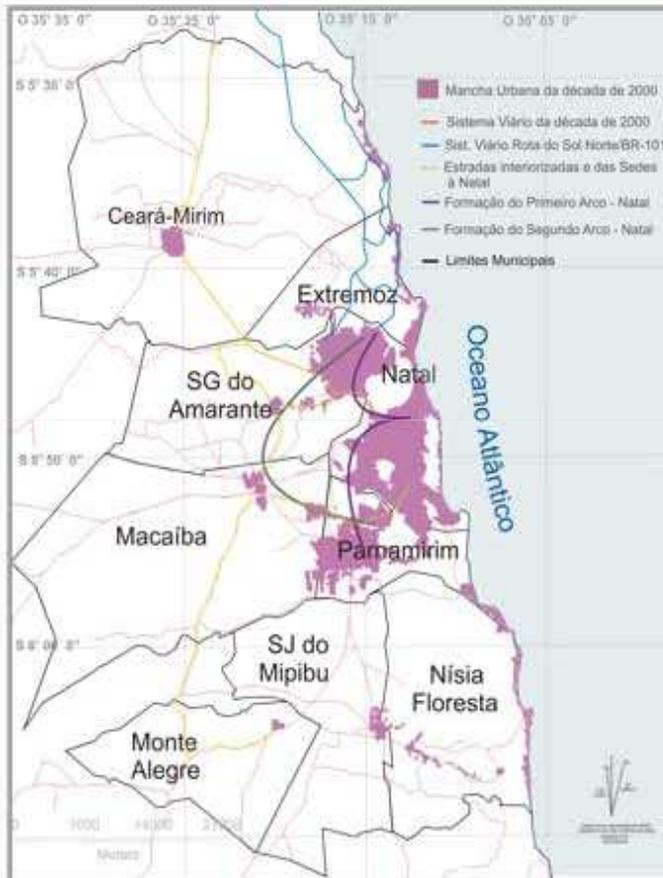
Fonte: Plano da Região Metropolitana de Natal. Núcleo RMNatal (UFRN)

Crescimento da Mancha Urbana Metropolitana



Fonte: Plano da Região Metropolitana de Natal. Núcleo RMNatal (UFRN)

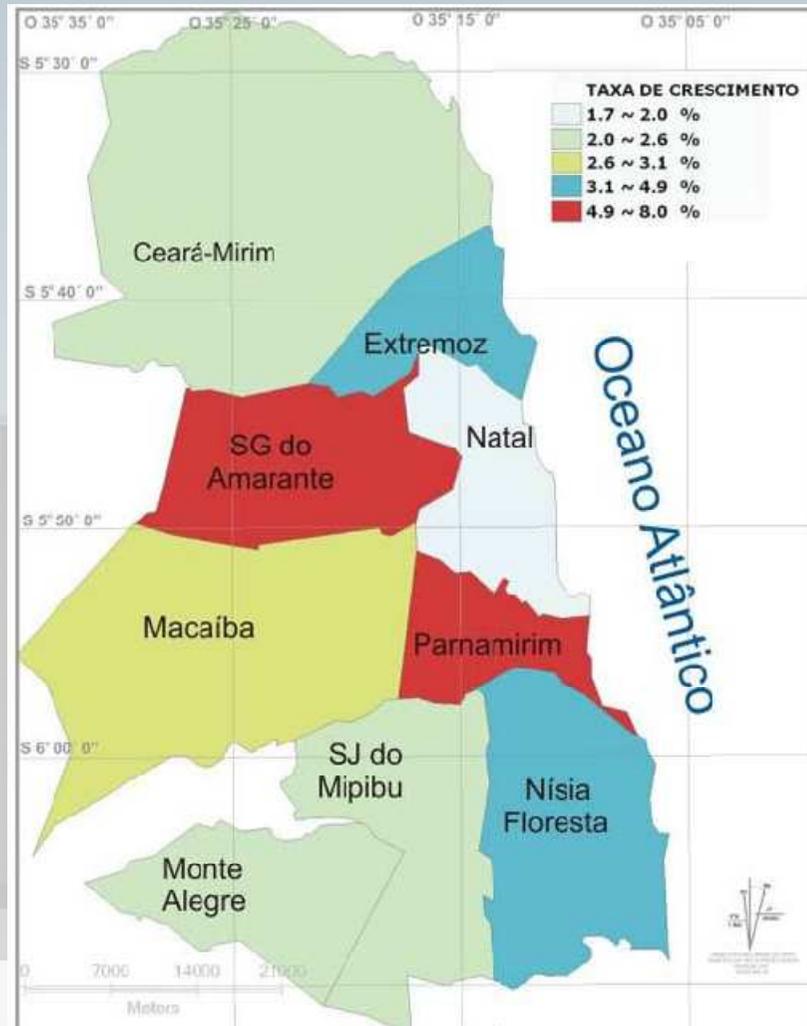
Crescimento da Mancha Urbana Metropolitana



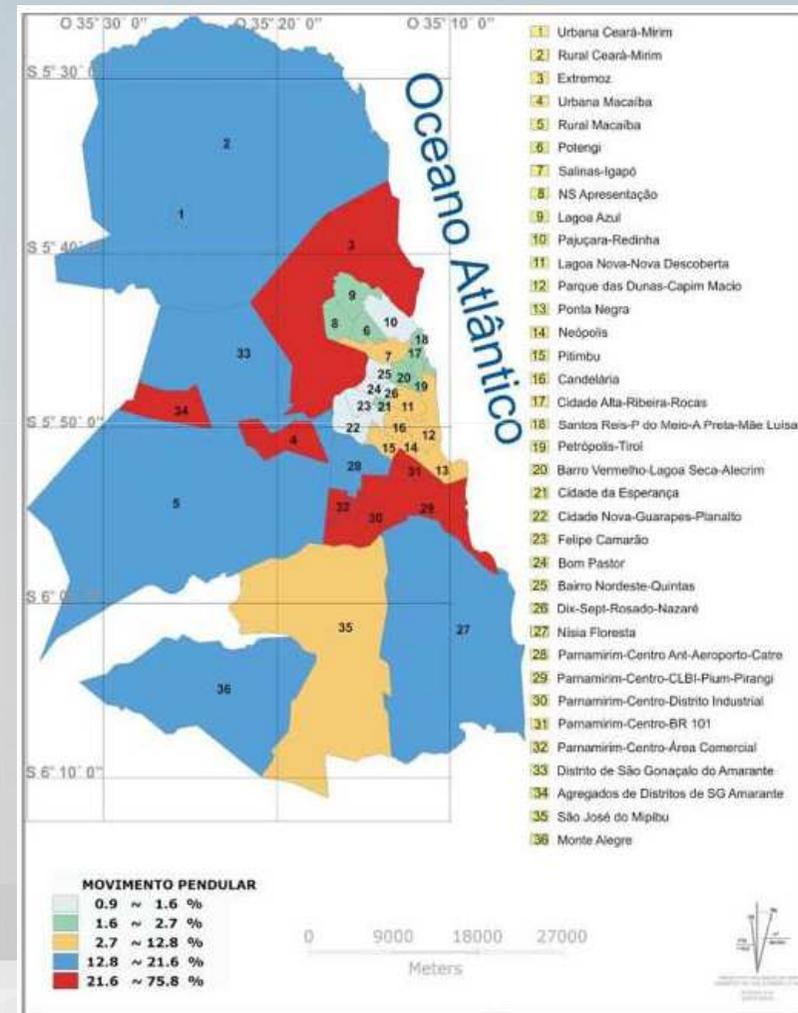
Fonte: Plano da Região Metropolitana de Natal. Núcleo RMNatal (UFRN)

“Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população”.

Taxas de Crescimento Demográfico - RMN

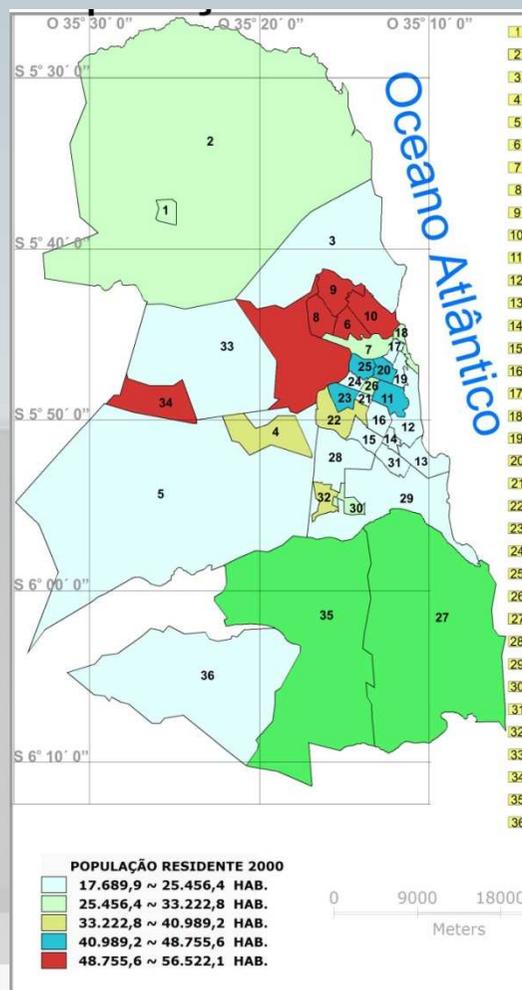


Taxas de Movimento Pendular - RMN



Fonte: Plano da Região Metropolitana de Natal. Núcleo RMNatal (UFRN)

NATAL E SUA REGIÃO METROPOLITANA – dimensão sócio-econômica



População Residente, em 2000, por AEDS

Fonte: Núcleo RM Natal/ INPE

Here comes your footer ▫ Page 34

Taxa de Crescimento populacional na RMN (1991-2000)

| Municípios | 1991 | 2000 | Tx. Crescimento anual (1991 -2000) em % |
|-------------------------|---------------|---------------|--|
| CEARÁ MIRIM | 52157 | 62424 | 2,0 |
| EXTREMOZ | 14941 | 19572 | 3,10 |
| MACAÍBA | 43450 | 54883 | 2,70 |
| MONTE ALEGRE | 15871 | 18874 | 1,94 |
| NATAL | 606887 | 712317 | 1,80 |
| NÍSIA FLORESTA | 13934 | 19040 | 3,60 |
| PARNAMIRIM | 63312 | 124590 | 7,90 |
| SÃO GONÇALO DO AMARANTE | 45461 | 69435 | 4,90 |
| SÃO JOSÉ DO MIPIBÚ | 28151 | 34912 | 2,40 |

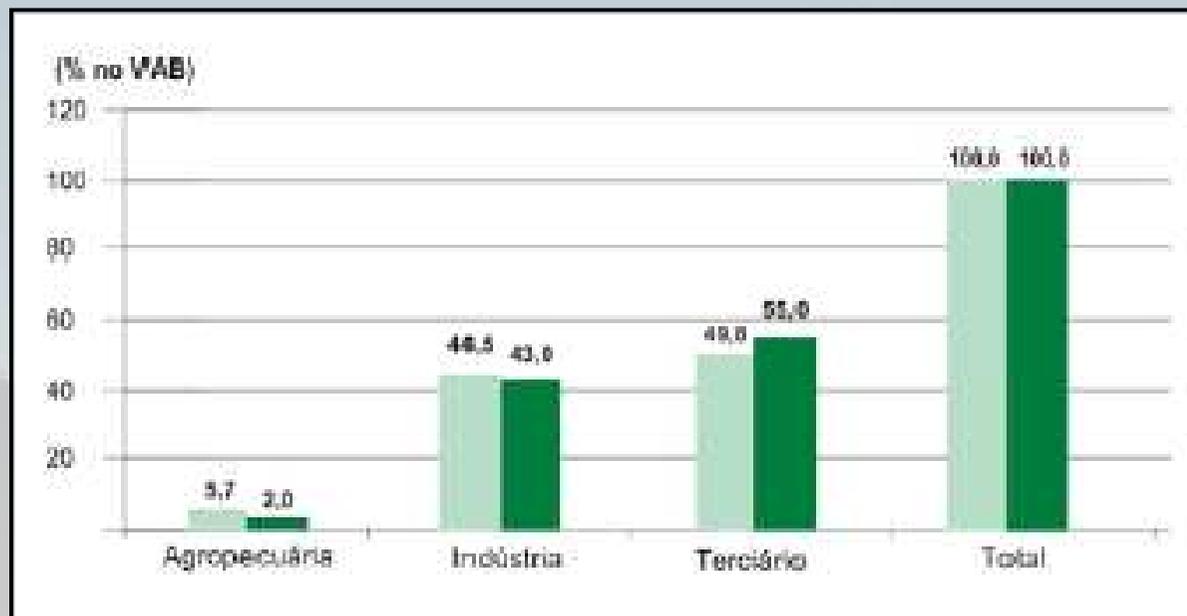
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, Censo 1991 e Censo 2000)

Nota: elaborado pelos autores

Estes nove municípios contêm 1,1 milhão de habitantes, dos quais 63,8% vivem em Natal – pólo metropolitano e capital do estado do Rio Grande do Norte - RN. O total de população da RMN corresponde a **40,27% da população** do RN e 5,12% da área territorial do estado.

NATAL E SUA REGIÃO METROPOLITANA – dimensão sócio-econômica

Estrutura Produtiva do Rio Grande do Norte e RMN (2003)



A **estrutura produtiva** da RMN é marcada pelos setores Terciário e Industrial (98%), em contraponto com o setor agrícola (2%), em 2003.

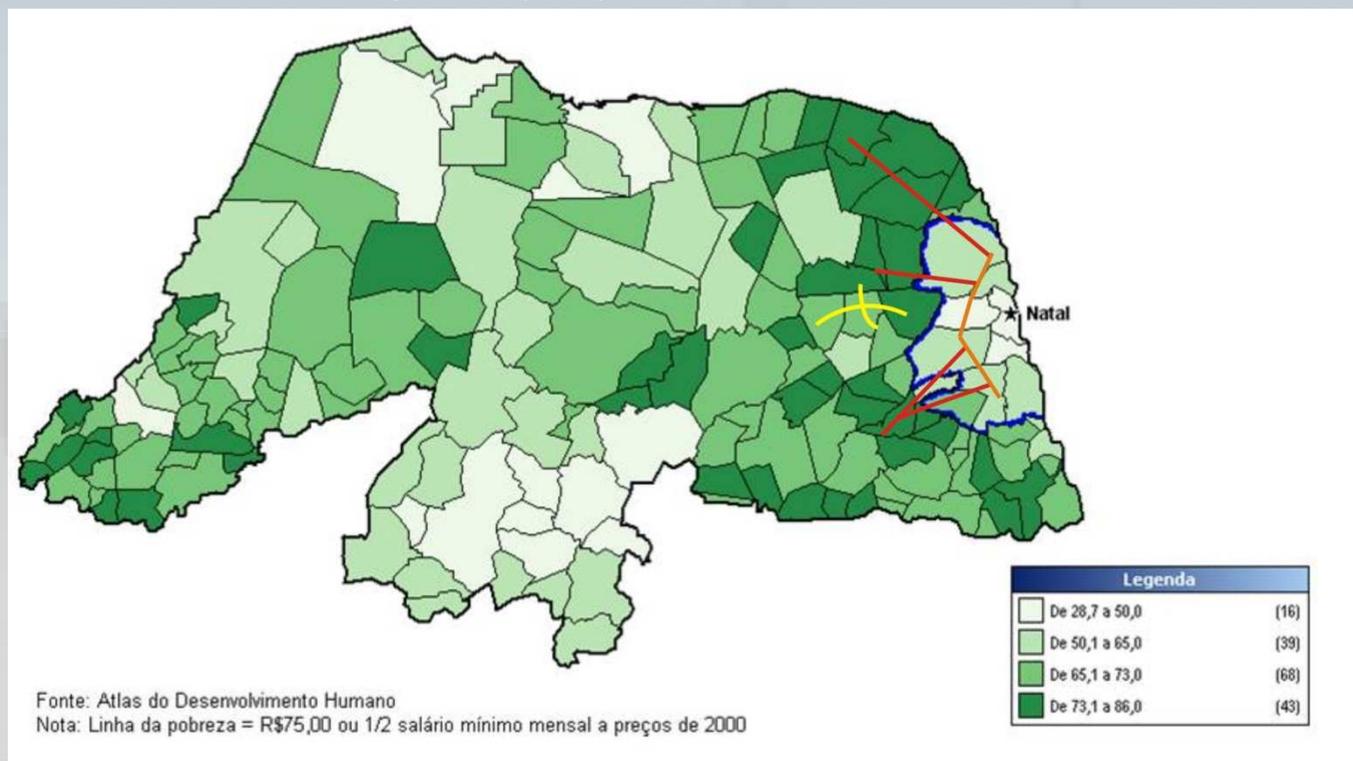


Fonte: Núcleo RMNatal, 2006

Quase 85% da **população total** da RMN vive em áreas urbanas, contra 15,35% em áreas rurais; entretanto, se excetuarmos o pólo de Natal, estes números invertem-se para 57,21% em áreas urbanas e **42,79% em áreas rurais**.

1. NATAL E SUA REGIÃO METROPOLITANA – dimensão sócio-econômica

Municípios do Rio Grande do Norte. Percentual de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza (2000)



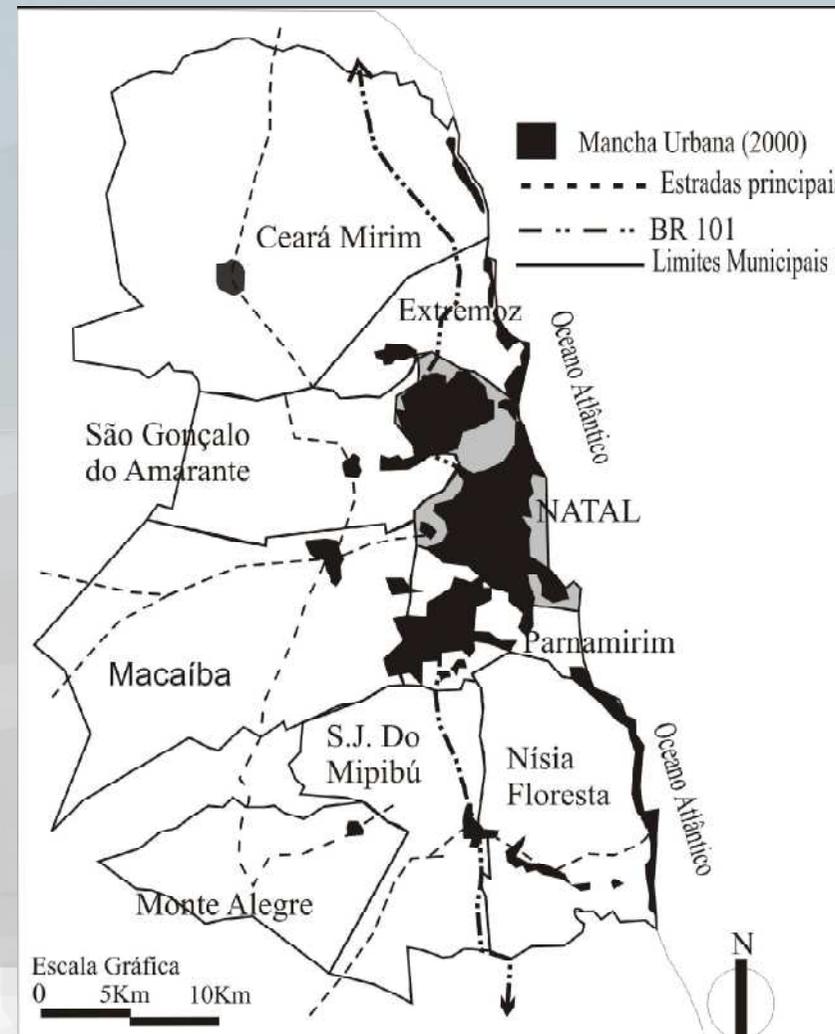
Fonte: Núcleo RMNatal, 2006

Cerca de 16% da população da RMN viviam em condição de extrema pobreza, com destaque para Ceará Mirim (35%) e Monte Alegre

NATAL E SUA REGIÃO METROPOLITANA – dimensão territorial atual



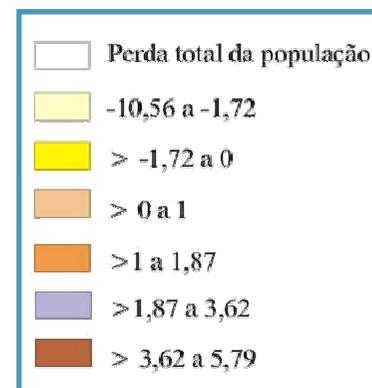
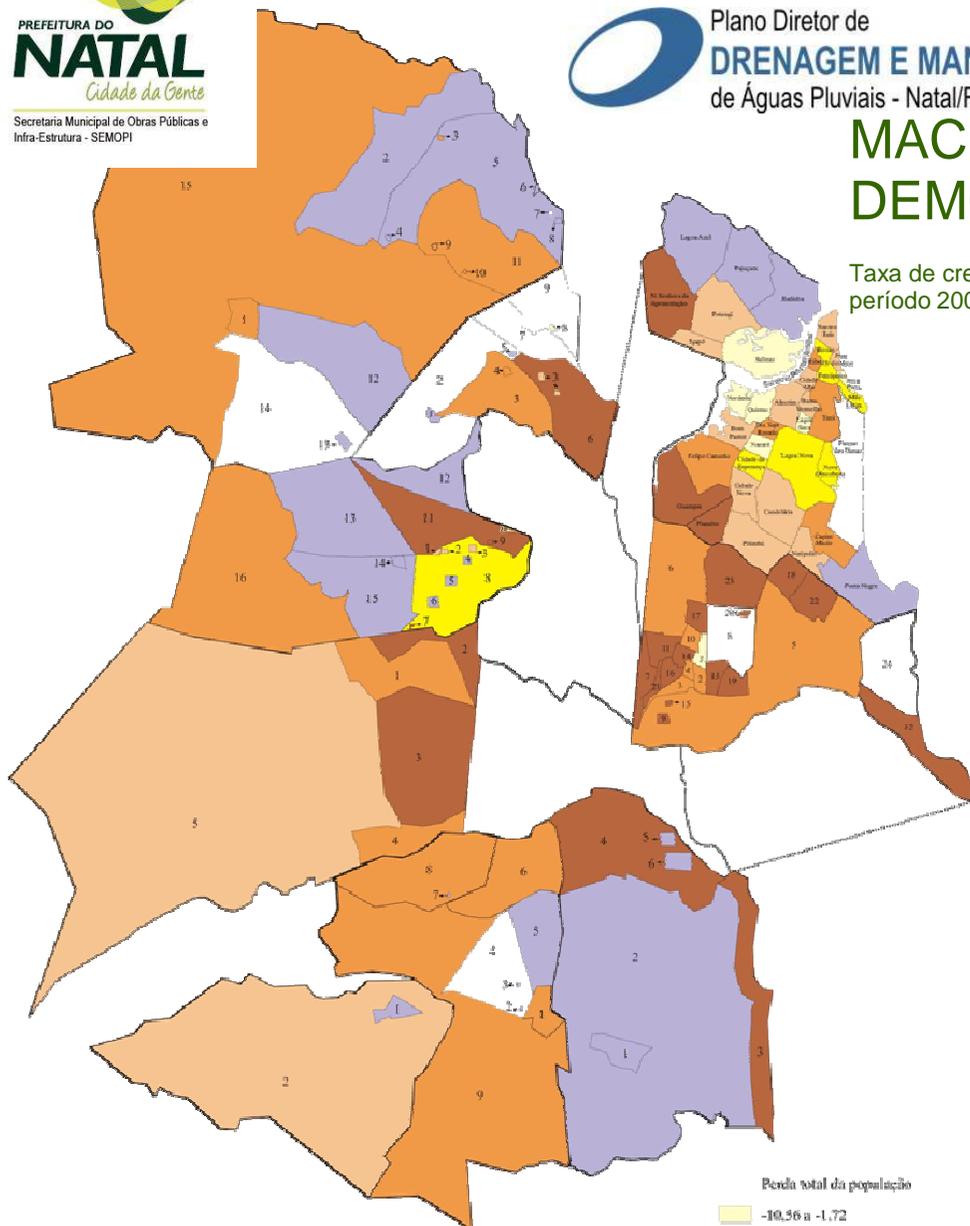
Fonte: Núcleo RMN/ INPE, 2006



Fonte: Núcleo RMN/ INPE, 2006

MACROTENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

Taxa de crescimento populacional no período 2000-2020

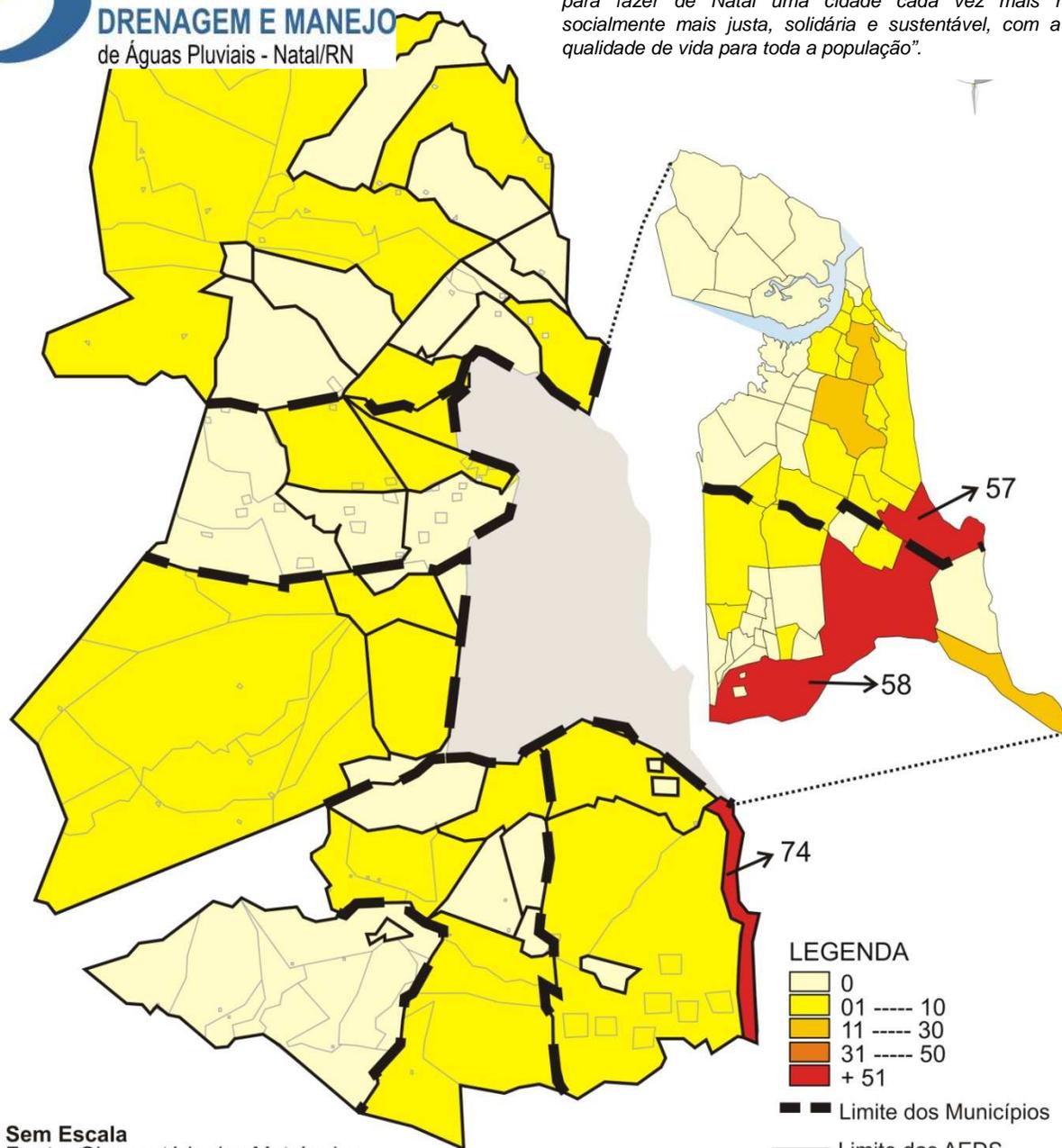



 0 2,5 5,0 7,5 10,0 Km
 1:250.000

Here comes your footer □ Page 38

Dinâmica Imobiliária

Número (abs.) de empreendimentos por AEDS



Sem Escala
Fonte: Observatório das Metrópoles
com base em imagem do IDEMA, 2006

Dinâmica Imobiliária

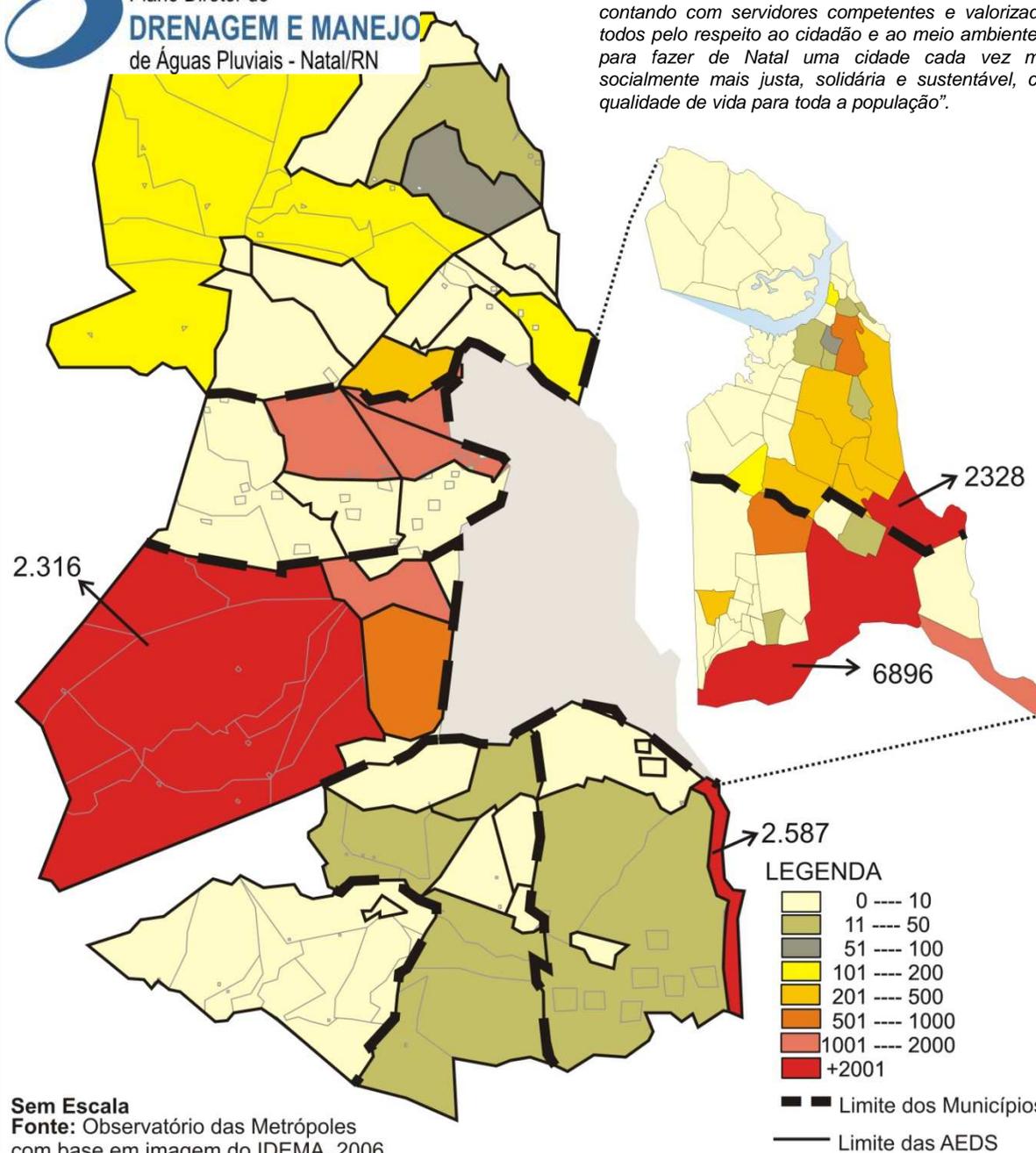
Número (abs.) de imóveis por AEDS

NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS/ AEDS

N


 Plano Diretor de
DRENAGEM E MANEJO
 de Águas Pluviais - Natal/RN

"Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população".



Sem Escala
Fonte: Observatório das Metrôpoles
 com base em imagem do IDEMA, 2006

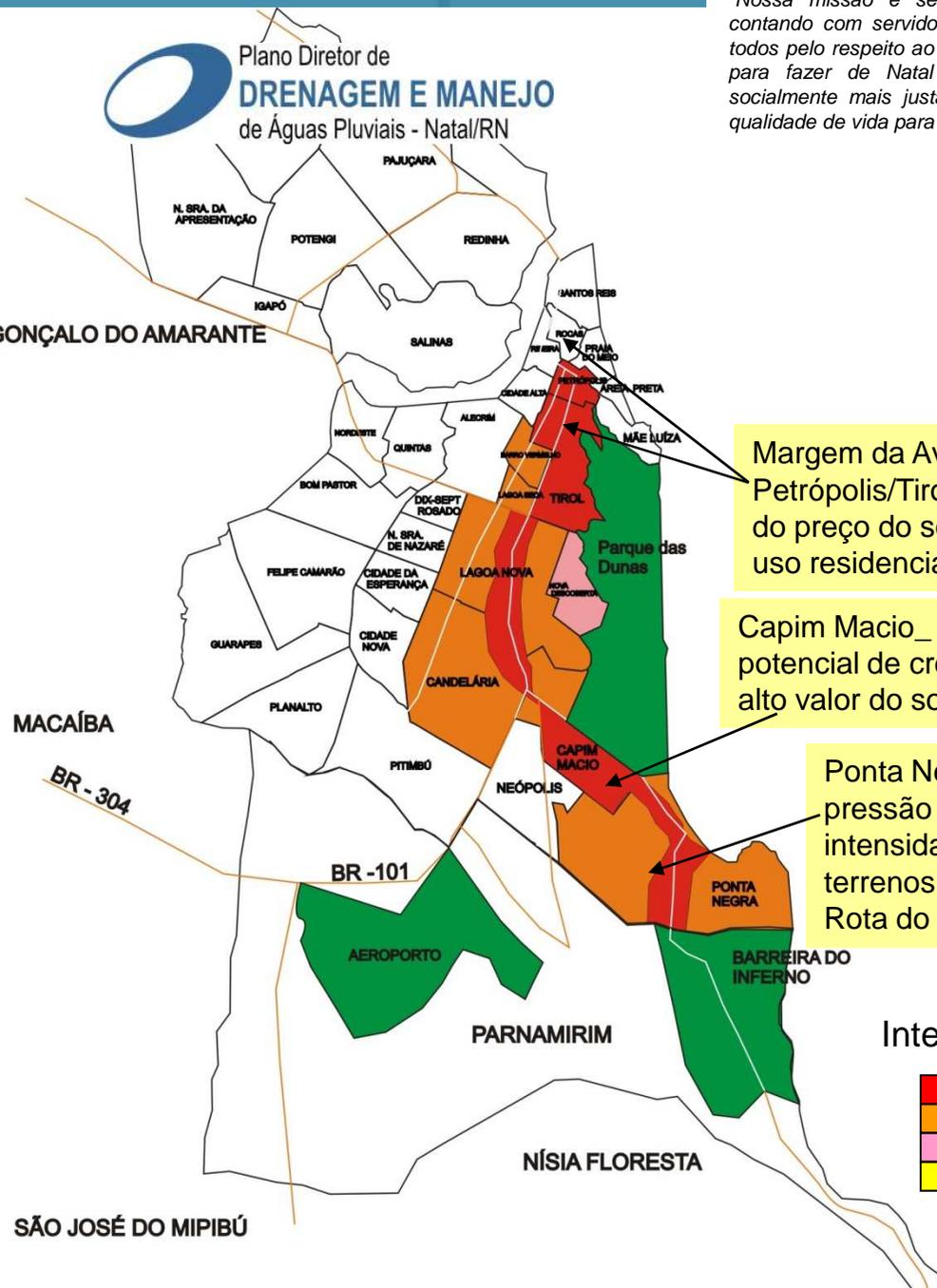
Plano Diretor de
DRENAGEM E MANEJO
de Águas Pluviais - Natal/RN

"Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população".

SÃO GONÇALO DO AMARANTE

MACAÍBA

SÃO JOSÉ DO MIPIBÚ

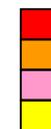


Margem da Av. Salgado Filho, Ribeira e Petrópolis/Tirol e Areia Preta_ aumento do preço do solo, maior verticalização, uso residencial de padrão elevado.

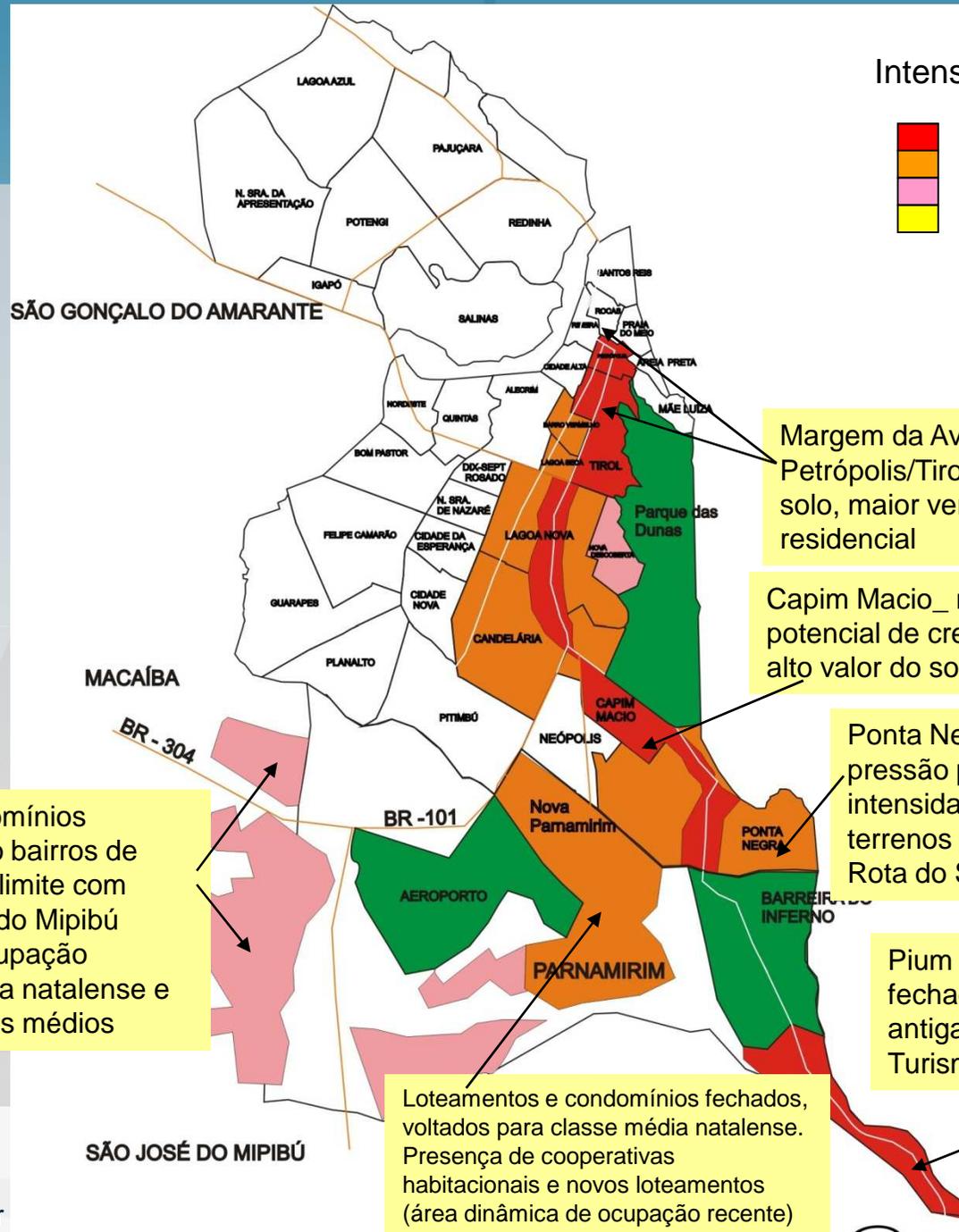
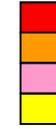
Capim Macio_ maiores terrenos e potencial de crescimento vertical, alto valor do solo

Ponta Negra_ diminuição na pressão por novos edifícios e intensidade na ocupação dos terrenos possíveis no início da Rota do Sol

Intensidade Imobiliária



Intensidade Imobiliária



Margem da Av. Salgado Filho, Ribeira e Petrópolis/Tirol_ aumento do preço do solo, maior verticalização, uso residencial

Capim Macio_ maiores terrenos e potencial de crescimento vertical, alto valor do solo

Ponta Negra_ diminuição na pressão por novos edifícios e intensidade na ocupação dos terrenos possíveis no início da Rota do Sol

Pium e Cotovelo_ condomínios fechados, maior valoração das antigas casas de veraneio pelo Turismo Imobiliário

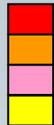
Loteamentos e condomínios fechados, margeando bairros de Parnamirim, fazendo limite com Macaíba e São José do Mipibú (área dinâmica de ocupação recente)_classe média natalense e de Parnamirim, preços médios

Loteamentos e condomínios fechados, voltados para classe média natalense. Presença de cooperativas habitacionais e novos loteamentos (área dinâmica de ocupação recente)

Here comes your footer

Potengi_ maior valoração dos aluguéis e residências, intensificação da dinâmica nas margens da Av. João Medeiros Filho

Intensidade Imobiliária



SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Redinha e margem da Av. Dr. João Medeiros Filho_ aumento do preço do solo, possível verticalização em alguns setores próximos a ponte Newton Navarro, reforço do eixo comercial da Av. João Medeiros Filho.

Planalto_ área com presença de condomínios de padrão médio/baixo, valores possíveis para classe média baixa, grande crescimento demográfico e padrão horizontal de ocupação (presença de alguns edifícios com 4 pavimentos)

Margem da Av. Salgado Filho, Ribeira e Petrópolis/Tirol_ aumento do preço do solo, maior verticalização, uso residencial

Loteamentos e condomínios fechados, margeando bairros de Parnamirim, fazendo limite com Macaíba e São José do Mipibú (área dinâmica de ocupação recente)_ classe média natalense e de Parnamirim, preços médios

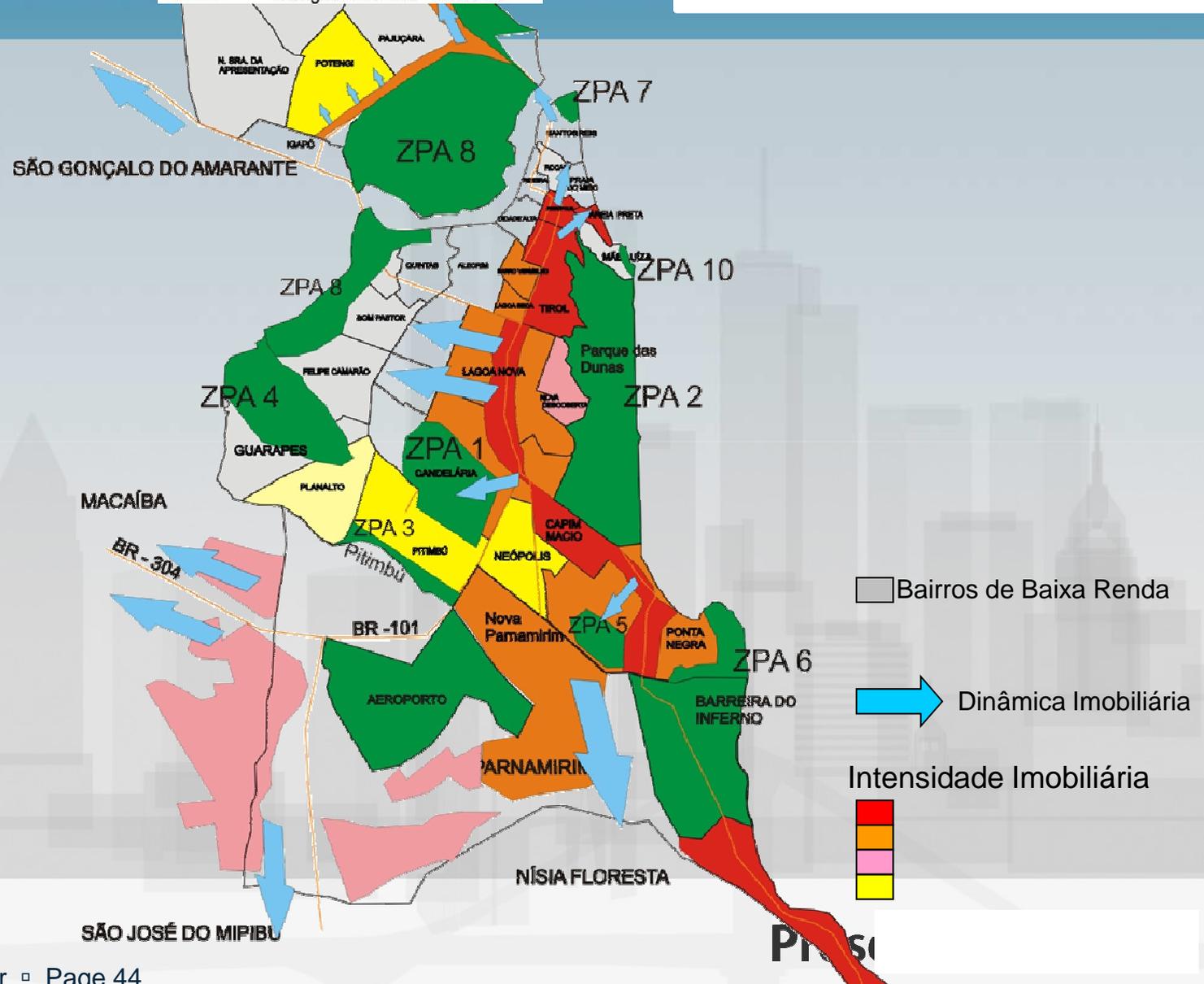
Ponta Negra_ diminuição na pressão por novos edifícios e intensidade na ocupação dos terrenos possíveis no início da Rota do Sol

SÃO JOSÉ DO MIPIBÚ

Loteamentos e condomínios fechados, voltados para classe média natalense. Presença de cooperativas habitacionais e novos loteamentos (área dinâmica de ocupação recente)

Pium e Cotovelo_ condomínios fechados, maior valoração das antigas casas de veraneio pelo Turismo Imobiliário

"Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população".



“Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população”.

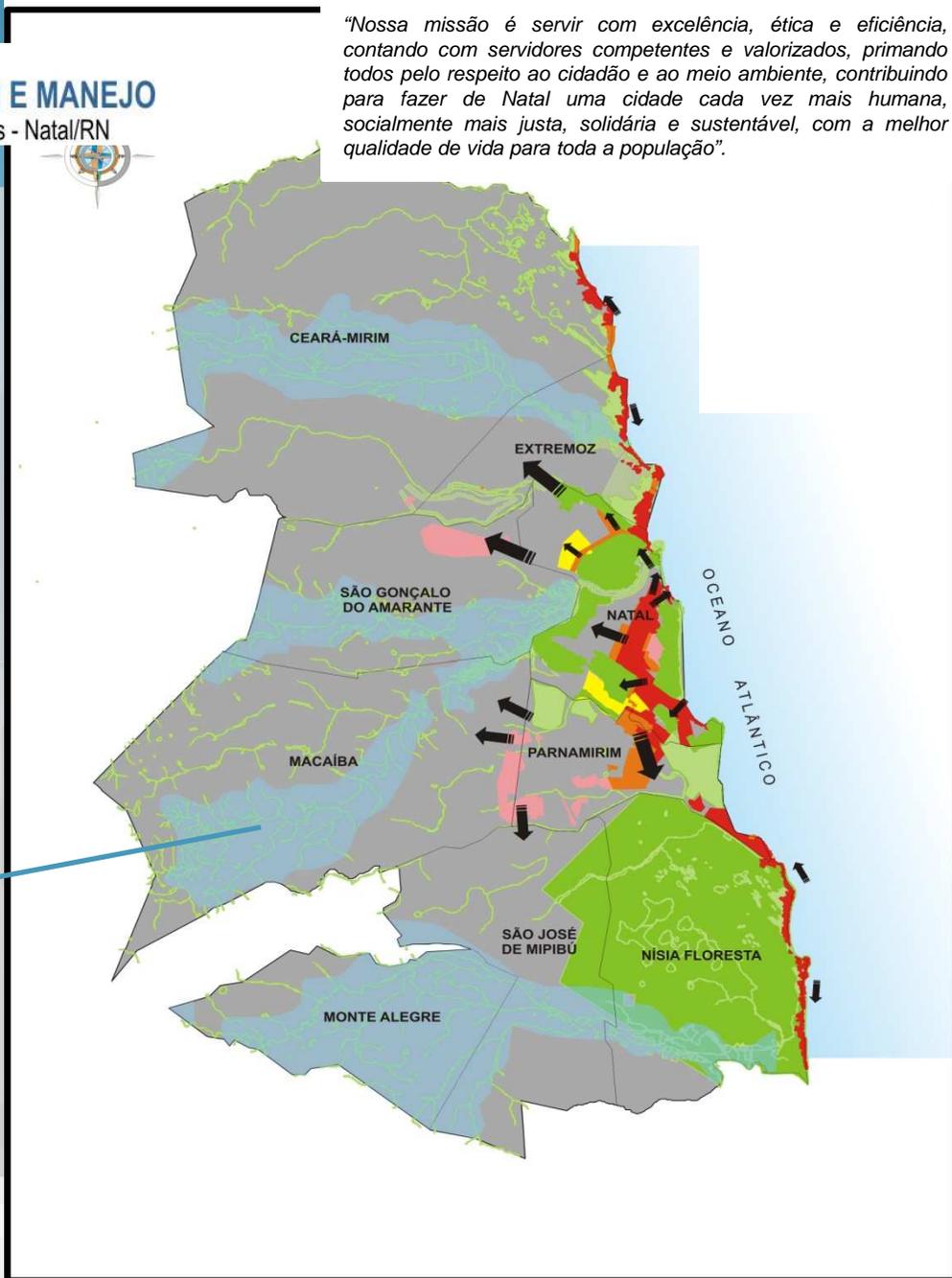
Cenário Tendencial

LEGENDA

- Áreas Ambientais 
- Áreas Ambientais Delimitadas 
- Áreas de Várzea 
- Renda Predominante até 3 SM 
- Contorno Municipal 
- Rodovias Federais 

TENDÊNCIAS DE EXPANSÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO 

INTENSIDADE IMOBILIÁRIA 



Notas

- Grande **heterogeneidade** da Região Metropolitana, evidenciada quando comparados os indicadores econômicos e sociais de Natal com os dos demais municípios
- Problemas presentes no processo de consolidação da Região Metropolitana:
 - **Macrocefalia de Natal**
 - **Conurbação incipiente**
 - **Dispersão litorânea de assentamentos imobiliários**

Notas

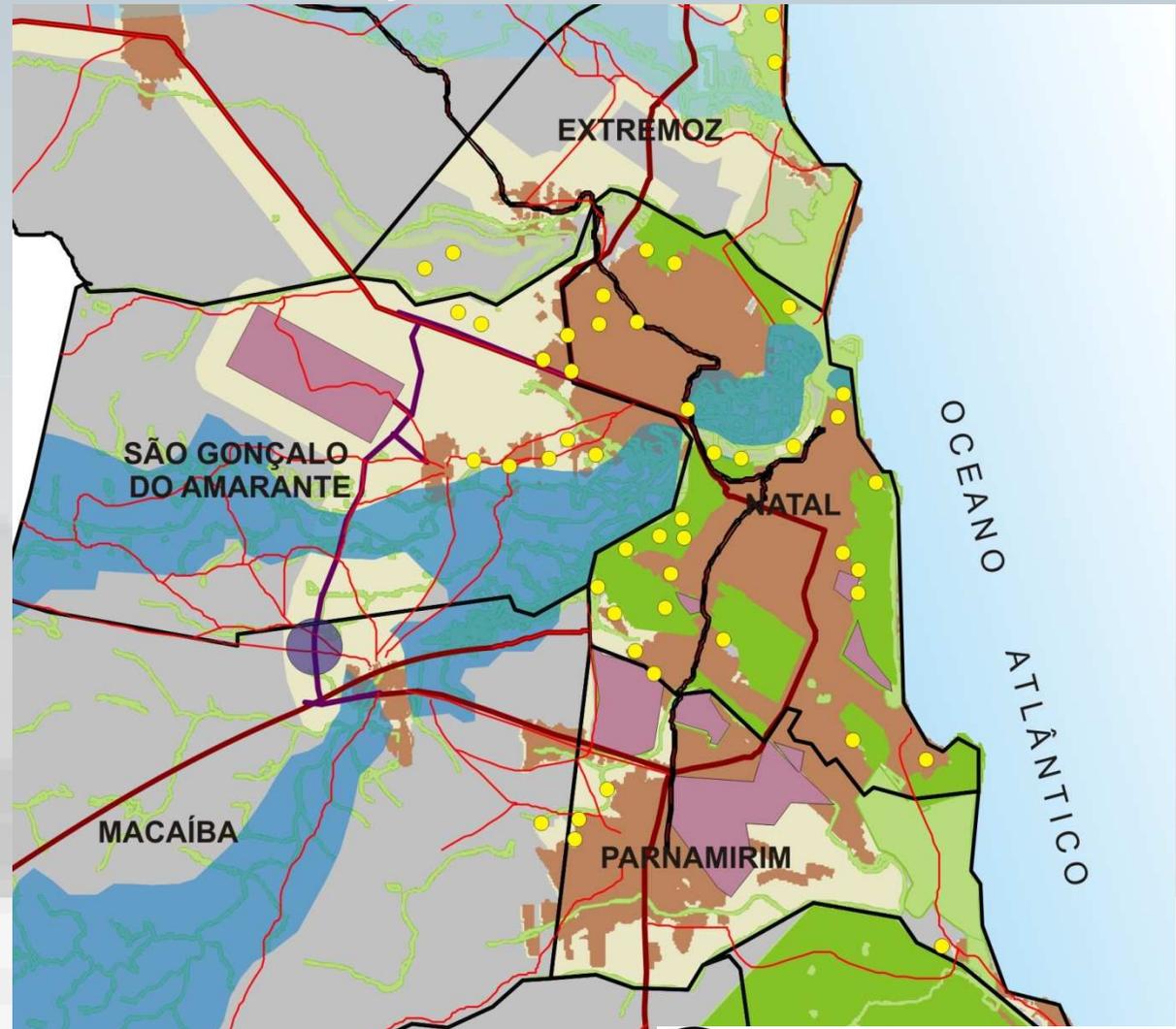
Fragilidades ambientais e urbanas:

- **Falta de um sistema regional de controle e gestão ambiental;**
- **precariedade dos serviços de infra-estrutura urbana;**
- **Alto grau de informalidade da propriedade da terra e fragilidade da Política de Habitação de Interesse Social.**
- **Pouco controle sobre as valorizações imobiliárias decorrentes da melhoria na infra-estrutura urbana;**
- **Segregação residencial e precariedade social nas áreas de periferia.**

MANCHA URBANA PRINCIPAL NUMA NATAL SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE DOS MAIS POBRES E ELEVÇÃO DO SEU PADRÃO DE HABITABILIDADE)

Promoção da diversidade social, ou seja:

1. Urbanização da Habitação Social (tratamento do existente)
2. Criação de novas oportunidades de acesso à habitação de interesse social
3. Ações de promoção econômica e de desenvolvimento territorial necessariamente articuladas com ações nas áreas de vulnerabilidade social e ambiental.



Notas

“O imperativo da “sustentabilidade” das políticas públicas encontra no campo ambiental, e em suas aplicações, algumas dificuldades de consenso originadas não só no **déficit de conhecimento científico** sobre os efeitos de longo prazo das tendências e alternativas da urbanização, mas também nas divergências ou contradições entre objetivos imediatos ou diferidos dos próprios atores sociais e econômicos”

Fonte: PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João. *Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2003

Notas

- Estruturar nucleações que contrariem a tendência para a urbanização contínua ao longo da faixa de praia da RMN;
- Reforçar a coesão do território através de uma organização mais policêntrica do sistema urbano.
- Valorizar o papel estratégico da Região Metropolitana de Natal, como base para organizar os investimentos públicos e privados;
- Evitar a formação de guetos sociais, ampliando e diversificando o mix social;
- Desenvolver redes de conectividade regional que conjuguem as necessidades de parcerias para diminuir o déficit de habitação e infra-estrutura básica
- Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir pólos de competitividade regional, em particular nos municípios mais pobres, evitando o excesso de movimento pendular;
- Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infra-estruturas e de equipamentos colectivos, cobrindo de forma adequada a “cidade metropolitana”;
- Promover redes de cidades e subsistemas urbanos locais policêntricos que, numa perspectiva de complementaridade e especialização, permitam a qualificação dos serviços prestados à população;
- Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos bairros;